

PRESTAÇÃO DE CONTAS

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO 2024



Índice

Introdução.....	4
CAPÍTULO I – Relatório de atividades	6
CAPÍTULO II – Relatório de Gestão.....	25
1. Análise orçamental.....	27
1.1. Receita	30
1.2. Despesa	32
1.3. Resultado orçamental	35
1.4. Principais indicadores orçamentais.....	36
2. Análise económico-financeira	37
2.1. Balanço	37
2.2. Demonstração de resultados	39
2.3. Indicadores económico-financeiros	41
2.4. Endividamento municipal.....	41
3. Contabilidade de gestão.....	42
4. Proposta de aplicação de resultados	42
5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período	43
6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social.....	43
7. Principais pressupostos relativos ao futuro	43
8. Guerras da Ucrânia e do Médio Oriente e Nova Administração Norte Americana	44
CAPÍTULO III – Organização municipal e recursos humanos.....	46

Índice de tabelas

Tabela 1 - Candidaturas apresentadas no âmbito do aviso Nº 01/C02-i01/2021 (PRR).....	14
Tabela 2 - Receita	27
Tabela 3 - Despesa	28
Tabela 4 - Despesa	33
Tabela 5 - Despesa efetiva	33
Tabela 6 - Despesa não efetiva	35
Tabela 7 - Saldo para a gerência seguinte.....	35
Tabela 8 - Resultado orçamental	35
Tabela 9 - Indicadores Orçamentais.....	36
Tabela 10 - Ativo.....	37
Tabela 11 - Passivo	38
Tabela 12 - Património Líquido	39
Tabela 13 - Gastos	39
Tabela 14 - Rendimentos	40
Tabela 15 - Indicadores financeiros	41
Tabela 16 - Limite da Dívida total.....	41
Tabela 17 - Dívida total	41
Tabela 18 - Mapa de pessoal.....	49
Tabela 19 - Mapa de pessoal - contingente a 31/12.....	50
Tabela 20 - Mapa de pessoal mobilidades	51
Tabela 21 - Evolução do número de trabalhadores	51
Tabela 22 - Indicadores de despesa com o pessoal	56

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Evolução do Investimento	29
Gráfico 2 - Evolução transferências de capital	29
Gráfico 3 - Evolução da Receita	30
Gráfico 4 - Impostos diretos	31
Gráfico 5 - Transferências obtidas	31
Gráfico 6 - Evolução da despesa	32
Gráfico 7 - Evolução das despesas correntes	34
Gráfico 8 - Evolução das despesas de capital	34
Gráfico 9 - Gastos	40
Gráfico 10 - Rendimentos	40
Gráfico 11 - Distribuição de trabalhadores por carreira	51
Gráfico 12 - Distribuição de trabalhadores por género	52
Gráfico 13 - Distribuição de trabalhadores por carreira e género	52
Gráfico 14 - Trabalhadores por escalão etário	53
Gráfico 15 - Distribuição de trabalhadores por idade e género	53
Gráfico 16 - Trabalhadores por antiguidade	54
Gráfico 17 - Trabalhadores por escolaridade	54
Gráfico 18 - Trabalhadores por escolaridade/género	55
Gráfico 19 - Trabalho extraordinário	55
Gráfico 20 – Absentismo/género	55
Gráfico 21 - Absentismo/motivo	56

Introdução

Tal como nos anos anteriores, em 2024 continuamos a verificar que, fruto da conjuntura internacional, a situação de inflação que se refletiu e reflete no aumento generalizado dos preços e o consequente agravamento dos encargos, poderia ter posto em causa a gestão financeira do Município e, por conseguinte, o ambicioso programa de desenvolvimento do nosso território.

Pelo contrário, o Município de Terras de Bouro foi capaz de enfrentar essa adversidade e fê-lo com muita resiliência, tendo tomado as decisões mais adequadas para que, determinantemente, pudessem ser mitigados os efeitos gravosos dessa realidade avassaladora.

Tal, só foi possível graças a uma política de gestão financeira muito atenta e rigorosa, assente no equilíbrio e na priorização das ações e investimentos, propiciando, assim, o contínuo desenvolvimento do território, tendo permitido que a Câmara Municipal mantivesse os investimentos planeados e em curso e respondesse com eficácia aos encargos assumidos.

Terras de Bouro é um concelho com uma identidade plural e uma especificidade territorial muito peculiar que exige uma atenção e um empenho permanentes perante todas as situações do quotidiano, não esquecendo uma estratégia de desenvolvimento, assente na sustentabilidade, que foi encetado em 20 de outubro de 2017 e que queremos manter.

Desde então, os munícipes, as empresas e todos os organismos de cariz social e associativo têm testemunhado uma melhoria significativa nos padrões de organização da vida concelhia, na qualidade dos serviços prestados, nas acessibilidades, na requalificação de espaços públicos e no aprofundamento das políticas de inclusão social e de coesão territorial, refletida numa intervenção generalizada, que de forma coerente e integrada, tem ocorrido em todo o território.

Esse tem sido o caminho seguido, mantendo a fidelização à estratégia que foi delineada por este Executivo e da qual não se tem desviado.

É prova disso a colaboração mantida com as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, Desportivas e Recreativas, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), o Agrupamento de Escolas, o Centro de Saúde, a GNR, a Irmandade do São Bento da Porta Aberta e os Agentes de Desenvolvimento Local.

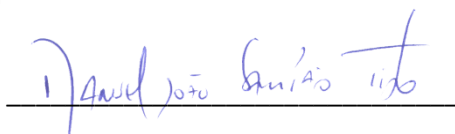
É também prova disso, a ação interinstitucional e de profícua cooperação com as entidades que superintendem no nosso território, advindo daí uma melhor gestão, valorização e aproveitamento do património existente.

O trabalho que realizamos, com grande afincio e dedicação, permite-nos afirmar que estamos a criar melhores condições para quem cá vive, para quem escolhe a nossa terra como opção de futuro, ou para quem nos visita e se sente atraído pelo turismo de montanha, de paisagem, arqueológico, termal, aquático e religioso que, de forma distinta, constituem verdadeiros ex-libris, diferenciadores de todo este território.

Essa é a nossa motivação maior, esse é o compromisso que pretendemos continuar a manter com todos os terrabourenses e com aqueles que, como nós, acreditam que esta terra tem futuro, de Alma e Coração.

Assente nesses pressupostos e garantias, apresentamos de seguida, o Relatório e as Contas do ano de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Manuel João Sampaio Tibo)

CAPÍTULO I – Relatório de atividades

Na observação das diferentes áreas da Gestão Municipal, poderá constatar-se que o ano de 2024, na senda do que tem vindo a ser feito, manteve o ritmo de investimentos, de trabalhos, intervenções e iniciativas, em vertentes diversificadas e de crucial importância para o desenvolvimento do concelho, como a seguir se pode verificar.

Assim:

Ambiente, Urbanismo e Ordenamento do Território

- Beneficiação das condições de visitação a Miradouros e Cascatas, melhorando as condições de segurança, encontrando-se a intervenção na cascata Fecha de Barjas por adjudicar.
- Conclusão da requalificação do Centro Interpretativo do Garrano.
- Conclusão da obra de requalificação da Praia do Alqueirão, em Vilar da Veiga.
- Conclusão da obra do ancoradouro, entre pontes, Rio Caldo, para atracar a Embarcação Turística.
- Renovação do Protocolo de Colaboração da equipa dos Sapadores dos Rios criada em Terras de Bouro com apoio da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Esta equipa procede à limpeza e valorização das margens do rio Homem, numa perspetiva de preservação da biodiversidade local e devolução dos espaços ribeirinhos à visitação e fruição dos mesmos.
- Reinício do trabalho do Balcão Único do Prédio (BUPi) em Terras de Bouro em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado), no qual pode ser mapeado, de forma gratuita, os prédios rústicos e mistos, dotando o território do Cávado de um sistema de informação cadastral.
- Conclusão das obras da rede pedonal entre Pereiró e a Assureira, na freguesia de Vilar da Veiga.
- Conclusão das obras da Rota do Santuário do Bom Jesus das Mós. Esta obra incluiu a requalificação da zona envolvente do Santuário do Bom Jesus das Mós, na freguesia de Carvalheira, melhorando as condições de visitação de todo aquele espaço.

- Obra de requalificação do Espaço de Recreio e Lazer de Vilar, no âmbito do projeto para a criação de Espaços de Apoio à Visitação.
- Obra de requalificação do Espaço de Recreio e Lazer de Gondoriz/ Chamoim.
- Requalificação Urbana junto às Termas de Moimenta. Esta obra teve por objetivo a requalificação do espaço sobrance da via pública e implantação de sinalética adequada.
- Criação de espaço de apoio à visitação no Centro Interpretativo de Vilarinho da Furna.
- Conclusão da 2  fase da obra do Centro de Recolha Oficial Municipal (Canil Municipal) que responderá a uma necessidade há muito reclamada, ou seja,   recolha de canídeos abandonados no perímetro concelhio ou sem condições para permanecerem nos domicílios.

Foi adquirido um terreno contíguo a esta obra, com a área de 1.920 m², que servirá para área de lazer dos animais.

- Continuação da obra para requalificação da Estrada Municipal 536, que liga as freguesias de Moimenta, Balança, Ribeira e Souto, tendo sido lançado o concurso, 2  fase, com o valor base de 469.572,39  (quatrocentos e sessenta e nove mil quinhentos e setenta e dois euros e trinta e nove cêntimos).
- Na empreitada “Requalificação da E.M. 536”, 1  fase, verificou-se a existência de trabalhos complementares (muros betão ciclópico, muros em alvenaria, granito, demolição e reconstrução de muros, fornecimento e assentamento de lancis e fornecimento e assentamento de pav ). O contrato adicional para execução destes trabalhos atingiu o montante de 157.320,53   (cento e cinquenta e sete mil trezentos e vinte euros e cinquenta e três cêntimos) mais IVA.
- Foi executada a 2  fase da Ecovia do Homem, cujo valor da adjudicação foi de 359.917,65  (trezentos e cinquenta e nove, novecentos e dezassete euros e sessenta e cinco cêntimos).
- Encontra-se em curso a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), estando o Programa Especial da Albufeira da Caniçada (PEAC), que substituir  o atual POAC (Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada), e o Plano Especial do Parque Nacional da Peneda Gerês (PEPNPG), que substituir  o POPNPG (Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês), t b m em revisão e dos quais depende o desfecho do PDM.

- Iniciado o processo de consulta ao mercado para, com o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), adquirir uma embarcação que terá como principal finalidade a vigilância na Albufeira da Caniçada. Esta embarcação estará disponível para utilização da Guarda Nacional Republicana (GNR), do Instituto da Conservação da Natureza (ICNF), dos Bombeiros e da Câmara Municipal de Vieira do Minho.
- Celebrado Protocolo de Colaboração com o Ministério da Administração Interna (MAI) para a realização de obras de reabilitação nas instalações dos Postos Territoriais da Guarda Nacional Republicana da sede do Concelho de Terras de Bouro (Moimenta) e na Vila do Gerês.
- Iniciado o processo, com a assinatura do Protocolo entre a Unidade Local de Saúde de Braga (ULS) e a Câmara Municipal de Terras de Bouro, para a criação de uma Unidade de Cirurgia em Ambulatório, a ser instalada na parte devoluta do Centro de Saúde de Terras de Bouro. Esta cerimónia ocorreu no dia 20 de outubro, Dia do Município, tendo estado presente a senhora Ministra da Saúde, Ana Paula Martins.

A nova estrutura terá capacidade para realizar cirurgias de todas as especialidades, em duas salas cirúrgicas, contando com dez quartos e uma unidade de recobro.

- Conclusão da Requalificação Exterior do Edifício do Centro Cultural de Terras de Bouro. Obra executada no âmbito da Eficiência Energética, representando um investimento de 237.016,14 € (duzentos e trinta e sete mil dezasseis euros e catorze cêntimos).
- Foram adquiridas 8 (oito) fossas biológicas, com filtro de carvão ativado, para melhorar as redes de drenagem de águas residuais nos lugares de Estoufe e Cutelo, na freguesia de Cibões, Bustelo e Guardenha, na freguesia de Gondoriz, Cesselo, na freguesia de Vilar da Veiga, Santa Comba, na freguesia de Chamoim e Chamadouro, na freguesia de Valdosende, cujo valor global ascendeu a 72.750,00 € (setenta e dois mil setecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA.
- Instalação da rede de saneamento e rede de abastecimento de água no lugar de Saim, freguesia de Chorense.
- Efetuado o prolongamento da rede de drenagem de águas residuais no lugar de Sá, freguesia de Covide.
- Execução da rede de drenagem de águas residuais e pluviais, no lugar de Refonteira, freguesia de Gondoriz.

- Alargamento do caminho da Praia de Vau, ligação à Ecovia de Souto e arruamento no lugar da Igreja, na freguesia da Balança.
- A repavimentação de arruamento no interior de Vilarinho, freguesia de Valdosende, com um custo de 76.469,40 € (setenta e seis mil quatrocentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos), mais IVA.
- Aquisição de 50 (cinquenta) contentores para acondicionamento de resíduos, cujo valor atingiu o valor a 6.350,00 € (seis mil trezentos e cinquenta euros).
- Foi dada informação à Braval dos locais onde a Câmara pretende que sejam colocados ecopontos subterrâneos, designadamente:
 - Freguesia de Vilar da Veiga, nos lugares de Alqueirão, Pereiró e Ermida;
 - Freguesia de Covide, perto do café “O Bosque” e do café “Turismo”;
 - Freguesia da Ribeira, no lugar do Assento;
 - Freguesia de Souto, junto à Igreja e no lugar de Lages;
 - Freguesia do Campo do Gerês;
 - Freguesia da Balança, em Moure;
 - Freguesia de Rio Caldo, em local a definir.

Foi assumido que o custo destes ecopontos seria repartido em 50% (cinquenta por cento) entre a Câmara Municipal e a Braval.

- No dia 23 de dezembro foi assinado um protocolo de cooperação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que visa regular os termos e condições de colaboração institucional de natureza técnica e financeira para a concretização do projeto “Ações de sensibilização e de planeamento para a gestão de seca e escassez” em que serão disponibilizados 152.000,00€ (cento e cinquenta e dois mil euros).
- Para a recuperação dos danos provocados pelas cheias do Rio Homem, em que foram destruídas algumas partes da Ecovia do Homem e do Açude, foi assinado um protocolo, no dia 12 de outubro de 2024, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), pelo qual é formalizada a atribuição de uma verba na ordem de 190.000,00€ (cento e noventa mil euros).
- A requalificação da Capela de Santo Amaro, na freguesia de Gondoriz, adjudicada por 65.305,40 € (sessenta e cinco mil trezentos e cinco euros e quarenta cêntimos), teve um apoio através do PDR2020 de 49.483,08 € (quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e três euros e oito cêntimos), tendo, no final da obra e em função da despesa efetiva,

sido atribuído um subsídio de 30.842,52 € (trinta mil oitocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos) pela Camara Municipal.

- Reabilitação da Capela de S. Brás na Vila de Terras de Bouro, será uma realidade.
- Feita a cobertura na escadaria da Escola EB2/3 de Rio Caldo, para melhorar as condições de acessibilidade às instalações. A solução encontrada passou por criar uma área coberta de 235 m² (duzentos e trinta e cinco metros quadrados), em chapa perfilada, assente sobre vigas retangulares e pilares em tubo redondo, incluindo caleiros em chapa pré lacada.
- Elaborado estudo arquitetónico para alteração e ampliação de um loteamento industrial a ser implantado no lugar de Moure, freguesia da Balança.
- Foram adquiridos, por 125.000,00€ (cento e vinte e cinco mil euros), à Fundação Calcedónia, os terrenos junto ao Centro Interpretativo do Garrano, na Freguesia de Covide, para ali ser criada uma Quinta Pedagógica, tendo sido pago em 2024, 85.000,00 (oitenta e cinco mil euros).

Educação, Cultura e Juventude

- O início do ano letivo foi preparado pela Direção do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, em estreita articulação e colaboração com o Município, respeitando e cumprindo todas as orientações emanadas pelo Ministério da Educação.
- No que concerne à elaboração do Plano de Transportes Escolares Municipal, desde 01 de dezembro de 2023 que por Concurso Público Internacional, os transportes escolares são realizados pela empresa Transdev.
- O Município ofereceu os livros de fichas complementares aos manuais escolares do 1º Ciclo de Ensino Básico, a todos os alunos que frequentem este ciclo de ensino em Terras de Bouro, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar.
- O Município também ofereceu o livro de inglês e de fichas, da oferta complementar, a todos os alunos do 1º e 2º anos do Ensino Básico em Terras de Bouro, independentemente do seu escalonamento em termos de ação social escolar.
- As crianças do Ensino Pré-Escolar continuaram a ser apoiadas ao nível das refeições e ao nível das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF destinam-se a

assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Para o efeito, a Câmara Municipal de Terras de Bouro promove diretamente estas atividades na Escola EB1 do Gerês e nas restantes celebra protocolos de colaboração com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.

- No âmbito da promoção de um estilo de vida saudável, o Município implementou aulas de Educação Física nas AAAF em todos os estabelecimentos de ensino Pré-Escolar.
- Concedemos um valor monetário de 100,00 € (cem euros) aos alunos de mérito, no âmbito do Mecenato Educacional, sendo o mérito definido pelo AETB. Este valor foi atribuído a 106 (cento e seis) alunos.
- Também foram concedidas Bolsas monetárias aos alunos que frequentam o ensino superior e cumpriam o regulamento em vigor. Estas Bolsas, atribuídas a 158 (cento e cinquenta e oito) estudantes representaram um encargo de 87.750,00€ (oitenta e sete mil setecentos e cinquenta euros).
- As crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico foram apoiadas ao nível das refeições, através da redução do pagamento diário do almoço.
- Continuaram a ser fornecidos gratuitamente às escolas materiais de expediente, material escolar, materiais didáticos e pedagógicos considerados importantes para o desenvolvimento das crianças.
- O Município continua a apoiar com o Regime de Fruta Escolar, que é uma iniciativa de âmbito europeu, que pretende promover a prática de uma alimentação saudável. Este programa consiste na distribuição de uma peça hortofrutícola, nas refeições intercalares, 2 vezes por semana, aos alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, de forma a incentivar as crianças ao consumo de fruta.
- Mantém-se em funcionamento a Plataforma + Cidadania - Projeto intermunicipal centrado no desenvolvimento dos níveis de cidadania participativa em crianças que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico. Com recurso a tecnologias digitais, este projeto promove a participação e a cidadania, com vista ao desenvolvimento de conhecimentos, competências, atitudes e valores que ajudem esses alunos a desempenhar, futuramente, um papel ativo na sociedade.

- Também se mantém a Ferramenta Ensinar e Aprender Português, que são recursos tecnológicos para o ensino do português e para o apoio e recuperação de aprendizagens, dirigido aos alunos do 1º Ciclo.
- Também se mantém o recurso educativo digital para o ensino da Matemática – Hypatiamat, especialmente dirigido ao 1º Ciclo, e está organizado de modo a cobrir os conteúdos relativos a este ciclo de escolaridade. É orientado de forma direta para os alunos, promovendo o prazer de fazer matemática, mas apela ao envolvimento de professores e encarregados de educação num mesmo propósito de melhorar a aprendizagem e o rendimento escolar, neste domínio.
- O Município ofereceu às bibliotecas escolares um apoio monetário para o ano letivo em questão.
- O Município Promoveu o ATL nas várias pausas letivas para crianças até aos 12 anos, proporcionando-lhes gratuitamente inúmeras atividades desportivas, lúdicas e culturas (ex: idas à piscina semanais, à praia, passeios de barco na nossa albufeira, visita a museus, etc.). A participação dos pais resume-se apenas ao valor da refeição servida (almoço).
- O Município tem a Escola de Música de Terras de Bouro em funcionamento em Moimenta, em Rio Caldo e Gerês, tendo-se realizado vários espetáculos.
- Realizou-se no dia 20 de novembro de 2023 o Primeiro Encontro da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens (CPCJ) do Concelho de Terras de Bouro que teve como Tema: “20 anos de Compromisso: Desafios e Conquistas na Proteção das Crianças e Jovens (Promover, Prevenir, Proteger)”.
- Município tem ao dispor do AETB uma terapeuta da fala e psicólogas com objetivo de proporcionar aos alunos a realização de um trabalho escolar em condições de estabilidade emocional e afetiva.
- O Município continuou a ser parceiro no cumprimento e realização do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, desde logo:
 - Os cantares dos reis;
 - Desfile de Carnaval;
 - Visitas dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico ao Mercado Abastecedor de Braga;
 - Concurso intermunicipal de Leitura;
 - Concurso literário dos 50 anos do 25 de Abril;

- AM Jovens;
- Dia Mundial da Criança com insufláveis e diversas atividades;
- Atividades no âmbito do Aqua Cávado – o rio que nos une. A Agência da Energia do Cávado promove a iniciativa “AQUA Cávado: o rio que nos une”, em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa é composto por diversas ações, cujo mote é a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez da água;
- Voluntariado jovem para florestas;
- Palestra sensibilização ambiental no âmbito do Festival Íris;
- Atividades com a comunidade escolar desenvolvidas pela Cinemateca Portuguesa;
- Atividades de educação ambiental desenvolvidas pela ADERE em parceria com o Município;
- Dia Mundial da Criança com insufláveis e diversas atividades;
- Atividades no âmbito do Aqua Cávado – o rio que nos une. A Agência da Energia do Cávado promove a iniciativa “Aqua Cávado: o rio que nos une”, em parceria com outras entidades, nomeadamente o Município de Terras de Bouro e a CIM Cávado. O programa é composto por diversas ações, cujo mote é a conservação e valorização dos recursos naturais e o combate à escassez de água;
- Voluntariado jovem para as florestas;
- Palestra de sensibilização ambiental no âmbito do Festival Íris;
- Atividades de educação ambiental desenvolvidas pelo ICNF em parceria com o Município;
- Magusto infantil, inserido na Feira do S. Martinho;
- Marcha lenta para assinalar dia 25 de novembro – Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres;
- Presentes de natal a todas as crianças do ensino pré-escolar (público e privado e 1º Ciclo, inserido na Festa de Natal.

Ação Social

- No âmbito do programa de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade “Habitação Condigna”, foram apoiados:

- Para realização de obras de reabilitação de habitação própria e permanente foram apoiados dois (2) agregados familiares, correspondendo a um investimento de dez mil oitocentos e doze euros e sessenta cêntimos (10.812,60 €);
- Na modalidade de Apoio à Renda foram apoiados sete (7) agregados familiares, representando uma despesa de dois mil setecentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos (2.750,50 €).
- No sentido de proporcionar a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade a frequência de estruturas que potenciem o desenvolvimento das suas competências, a Câmara Municipal apoia algumas famílias nestas despesas. Durante o ano 2024 foram apoiadas três (3) crianças e jovens nos encargos relacionados com refeições e transportes para frequência de Programa de Férias de Verão, do Ensino Básico e do Centro de Atividades e Capacitação para Inclusão (CACI).
- Com objetivo superar as carências habitacionais mais prementes da população e reforçar o parque habitacional municipal, no âmbito do Aviso Nº 01/C02-i01/2021, relativo ao Investimento RE-C02-i01-Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, integrado no Plano de Recuperação e Resiliência, apresentou-se vinte oito (28) candidaturas para apoio a cento e setenta e quatro (174) fogos, no valor total de vinte e dois milhões seiscentos e vinte e dois mil novecentos e oitenta e nove euros e noventa cêntimos (22.622.989,90 €).

Tabela 1 - Candidaturas apresentadas no âmbito do aviso Nº 01/C02-i01/2021 (PRR)

SOLUÇÕES HABITACIONAIS		PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
Tipo de solução	Nº Fogos	Valor Candidatado
REABILITAÇÃO	46	4.876.600,74 €
AQUISIÇÃO E REABILITAÇÃO	6 (3T3+3T2)	917.748,00 €
AQUISIÇÃO	97 (15T1+50T2+27T3+5T4)	13.916.292,00 €
BENEFICIÁRIOS DIRETOS	25	2.912.344,12 €
TOTAL	174	22.622.984,90 €

- Ainda sobre o Programa 1.º Direito, no âmbito do Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho na sua redação atual, foram realizadas mais de cem (100) sessões de esclarecimento individuais às famílias sobre as condições de elegibilidade, a situação de carência financeira, as despesas elegíveis, o valor máximo de comparticipação e os documentos a apresentar para se proceder à candidatura. Este programa destina-se a famílias que

residem em condições indignas, isto é, em habitações em mau estado de conservação e com dificuldades económicas e financeiras que não lhes permitam realizar obras.

- No âmbito da Habitação Social, foi prestado apoio e acompanhamento social a vinte e seis (26) agregados familiares.
- No programa de Incentivo à Natalidade foram requeridos apoios referentes a vinte oito (28) crianças, tendo sido deferidos vinte e sete (27), correspondendo a um investimento de vinte e sete mil euros (27.000,00€).
- No âmbito do Programa Porta 65-Jovem foi prestado apoio técnico aos jovens do concelho na apresentação e acompanhamento de candidaturas, nomeadamente a quatro (4) agregados familiares.
- Através da Loja Social foram apoiadas várias famílias com artigos têxteis, vestuário e mobiliário.
- Através do Banco Local de Ajudas Técnicas, foram disponibilizados equipamentos a quinze (15) pessoas. A cedência deste equipamento, a título de empréstimo, tem como objetivo melhorar as condições de conforto e saúde aos/às munícipes que sejam portadores/as de deficiência, pessoas idosas e pessoas que necessitem temporária ou definitivamente de ajudas técnicas, por motivos de perda de autonomia física, temporária ou definitiva.
- No âmbito dos Avisos NORTE-42-2018-15 e NORTE-42-2019-48|Investimento em Equipamentos Sociais, do PO Norte 2020, foi prestado apoio técnico a sete (7) IPSS's no encerramento das onze (11) Operações aprovadas e executadas.
- Apoio técnico ao Centro Social e Paroquial de Rio Caldo na tramitação do procedimento de Consulta Prévia Nº 01/2024 – Aquisição de uma viatura 100% elétrica ligeira de mercadorias com transformação, no âmbito da candidatura nº PRR-RE-C03-i01-08-000123, apresentada ao Aviso Nº 08/C03-i01/2023-Mobilidade Verde-Aquisição de Viaturas Elétricas para SAD.
- Apoio técnico ao Centro Social e Paroquial de Moimenta na execução da candidatura nº PRR-RE-C03-i01-04-000147, apresentada ao Aviso Nº 04/C03-i03/2022-Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, para realização de obras de remodelação e reorganização espacial do interior das instalações da Creche.

Posteriormente, a Instituição decidiu desistir desta candidatura, por insuficiência de financiamento para a sua concretização.

- Apoio técnico ao Centro Social e Paroquial de Covide na preparação de candidatura a apresentar ao Aviso NORTE2030-2024-45- Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT).
- Apoio na execução dois (2) projetos no âmbito das candidaturas apresentadas aos Avisos Nº 3/C03-i02/2022-Acessibilidades 360º e Nº 5/C03-i02/2023-Acessibilidades 360º, do Programa de Intervenção em Habitações (PIH) do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), destinado a pessoas com deficiência e/ou incapacidade permanente com grau igual ou superior a 60%.
- Apresentação de uma (1) candidatura ao Aviso Nº 9/C03-i02/2024-Acessibilidades 360º, no âmbito do Programa de Intervenção em Habitações (PIH) do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), destinado a pessoas com deficiência e/ou incapacidade permanente com grau igual ou superior a 60%.
- Desenvolvimento da Operação n.º PRR-RE-C03-i01-07-000247, relativamente ao projeto RADAR Social, desde 09.12.2024. O Radar Social é um projeto estruturante na promoção da inclusão e da coesão social e territorial, concretizado através do desenvolvimento de um trabalho de parceria e de cooperação, de referenciação e de (re)conhecimento dos problemas de pobreza e exclusão social, em complementaridade e articulação com as instituições que compõem a rede de parcerias local.
- Apoio ao Gabinete de Apoio às Vítimas do Alto Cávado (GAVAC), serviço de atendimento e acompanhamento a pessoas vítimas ou em exposição a situações de violência doméstica e Resposta de Apoio Psicológicos (RAP) a crianças e jovens vítimas ou em exposição à situação de violência doméstica, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado), no âmbito do projeto “RIPAV do Cávado”. Este projeto consiste numa unidade de intervenção intermunicipal que agrega a concertação das estruturas de apoio à vítima nos concelhos de Amares, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde, numa lógica itinerante e de maximização de recursos humanos especializados.
- Participação e colaboração no desenvolvimento do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Terras de Bouro - Ser + Criança, promovido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ).

- A Rede Social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica, e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social, tendo em vista o combate à pobreza e à exclusão social. Durante o ano de 2024 realizaram-se duas (2) reuniões do Conselho Local de Ação Social (CLAS).
- Elaboração e aprovação do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social de Terras de Bouro 2024-2030 (DS e PDS 2030). A elaboração destes documentos estratégicos e promotores do desenvolvimento e coesão social do território resultou da mobilização, participação e cooperação dos parceiros da Rede Social, identificando e priorizando as necessidades e problemáticas, os recursos disponíveis/acessíveis, as oportunidades e as vontades de intervenção.
- Apresentada candidatura ao Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão, PESSOAS 2030, código PESSOAS-2024-12, para apoiar o desenvolvimento de ações enquadradas nos Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 5ª geração (CLDS 5G), com duração máxima de 48 meses, implicando a elaboração e aprovação do Plano de Ação. O Plano de Ação do CLDS 5G, face às vulnerabilidades sociais identificadas para o concelho de Terras de Bouro (desemprego, envelhecimento e com reconfigurações sociodemográficas acentuadas), prevê o desenvolvimento de ações dos seguintes eixos de intervenção: Eixo 1: Emprego, formação e qualificação; Eixo 3: Promoção da autonomia, envelhecimento ativo e longevidade; e Eixo 4: Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenário de exceção.
- Promoção do Envelhecer a Sorrir, projeto promotor do envelhecimento ativo e da inclusão social, através do desenvolvimento de atividades de estimulação em proximidade, atividades de participação ativa, sessões de dinamização de práticas artísticas e culturais ligadas ao artesanato e ações de promoção de saúde mental e bem-estar através de atividades artísticas.
- Desenvolvimento e execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação.
- Preparação da candidatura do Plano de Ação (Inter)Municipal para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis de Terras de Bouro (PAIIAGV), no âmbito do Aviso NORTE2030-2024-6. Este projeto prevê o desenvolvimento de ações promotoras da autonomia e da

longevidade de pessoas idosas e de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, e do envelhecimento ativo e saudável através das práticas desportivas, culturais e artísticas.

- Preparação da candidatura do Balcão Móvel da Inclusão de Terras de Bouro, no âmbito do Aviso NORTE2030-2024-7. Para o desenvolvimento deste projeto será constituída uma equipa técnica especializada e adquirida uma viatura adaptada e equipada, com vista à promoção do acesso a serviços coletivos de proximidade para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, de idosos e respetivos familiares e de pessoas com limitações na utilização de serviços desmaterializados e eletrónicos.
- A Câmara Municipal continuou a prestar um importante apoio às IPSS's do concelho, nomeadamente ao nível do transporte e distribuição dos produtos alimentares disponibilizados pelo Banco Alimentar de Braga.
- Através do processo de descentralização de competências no domínio da Ação Social para as autarquias locais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, Decreto-lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, Portaria n.º 63/2021, de 17 de março e Portaria n.º 65/2021, de 17 de março), a Câmara Municipal assumiu, em 03/04/2023, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e a celebração e acompanhamento dos Contratos de Inserção dos/as beneficiários/as do Rendimento Social de Inserção (RSI). Neste âmbito, foram acompanhadas/apoiadas cerca de cento e trinta e sete (137) famílias nos diversos programas/medidas em vigor, nomeadamente POAPMC/FEAC, RSI, Cantina Social, Regime de Maior Acompanhado, sinalização para vaga social em ERPI e/ou Família de Acolhimento, Estatuto do Cuidador Informal (ECI).

Para o desenvolvimento destas competências, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) transferiu para a Câmara Municipal, no ano 2024, o montante de 135.187,00 euros, para comparticipação das despesas com recursos humanos, instalações e funcionamento dos serviços e com a atribuição de subsídios de carácter eventual. Em relação aos subsídios de carácter eventual, sublinha-se o apoio prestado a dezanove (19) famílias, no valor global de 4.256,49 euros, para pagamento de encargos relacionados, sobretudo, com problemas de saúde, subsistência, frequência de respostas sociais e transportes.

Turismo, Desporto e Lazer

- A Câmara de Terras de Bouro esteve em destaque na Bolsa de Turismo de Lisboa que decorreu no Parque das Nações de 28 de fevereiro e 3 de março. Foi uma oportunidade para divulgar e promover o nosso território, tendo, desta vez, sido direcionado a São Bento da Porta Aberta, na sua vertente de turismo religioso e segundo maior centro de peregrinação de Portugal.
- No dia 21 de fevereiro foi apresentado, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o estudo prévio do ecotrilho “Homem – Rodas”. Trata-se de um trilho com cerca de 11 (onze) quilómetros de extensão que liga vários lugares com interesse turístico, entre a sede do concelho e o coração do Parque Nacional da Peneda Gerês (Mata de Albergaria).
- Desenvolvimento e execução em parceria com a Associação Gerês Viver Turismo, do Projeto Gerês Seguro 2024. Este projeto visa a implementação de medidas de sensibilização junto dos operadores turísticos concelhios e dos próprios turistas, tendo como objetivo promover a divulgação de boas práticas ambientais em locais de maior afluência, no território concelhio e com particular enfoque no Parque Nacional da Peneda Gerês.
- Município de Terras de Bouro procedeu à manutenção e limpeza da Geira Roma, tendo igualmente feito a limpeza de outros trilhos, no sentido de valorizar e promover o nosso património, garantindo e facilitando a circulação na época de verão.
- Nos dias 24, 25 e 26 de março, o Município de Terras de Bouro, tal como vem acontecendo em anos transatos, participou nos Fins de Semana Gastronómicos, iniciativa promovida pela Região de Turismo Porto e Norte de Portugal. Neste evento, os restaurantes aderentes tiveram o “Cozido de Feijão com Couves à Terras de Bouro” como prato em destaque.
- A Escola de Música de Terras de Bouro promoveu dois concertos de cantares de Reis, tendo um ocorrido na sede do concelho, no dia 7 de janeiro, aquando do encontro concelhio de Cantar de Reis e o outro, no dia 12 de janeiro, na sede do Grupo Cultural Desportivo e Recreativo de Rio Caldo, em que atuaram os alunos do Vale do Cávado.
- A Associação Nova Vida apresentou a peça teatral “Noite de Consoada” no Auditório Municipal, tendo atraído muito público aquele auditório.
- O Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro conjuntamente com o de Amares e Vila Verde vão criar a “Orquestra do Cávado”, prevendo-se a participação de cerca de 300 crianças dos três concelhos. Para tal, estas crianças, irão frequentar aulas de música.

- A Câmara de Terras de Bouro apresentou publicamente, a 13 de março de 2024, o projeto “Agora Sim, Nada se Perde”, que pretende dar um destino aos biorresíduos provenientes da preparação de refeições, no setor doméstico, através da compostagem Comunitária, assim como, possibilitar aos grandes produtores de biorresíduos, como restaurantes, escolas e instituições de cariz social, a possibilidade de usufruírem de um sistema de separação de resíduos alimentares.
- Abertura da época Termal no Gerês, em 2024, que ocorreu de 26 a 28 de abril e no dia 1 de maio, marcou o início de um novo ciclo na vida e no ambiente daquela Vila. Tal como nos anos anteriores, foi realizada uma feira de artesanato e animação de rua, o que propiciou a divulgação e comercialização dos produtos locais. No dia 26 de abril, à noite, atuaram os alunos da Escola de Música de Terras de Bouro que, sob a orientação do senhor Prof. Luís Pinho, não só deram a conhecer uma importante atividade musical, como contribuíram para proporcionar uma noite muito animada na avenida termal. No dia 27, também à noite, o cantor Pedro Pais atraiu uma multidão ao Gerês e, no dia 28 de abril, o programa da TVI “Somos Portugal”, com transmissão local, levou o Gerês a Portugal e ao Mundo, possibilitando a presença de muitos terrabourenses, turistas e forasteiros na televisão e, concomitantemente, divulgou e deu a conhecer as termas, bem como, todo o potencial endógeno do nosso território. No dia 1 de maio, foi o desfile e atuação da centenária Banda de Música de Carvalheira que animou a avenida geresiana e ecoou suas músicas, junto à Fonte do Eiras.
- O Dia da Liberdade, dia 25 de abril, comemorado na ocorrência dos 50 anos da Revolução dos Cravos, foi vivido com elevada dignidade, tendo sido feita uma Assembleia Municipal, na qual se integrou uma homenagem aos antigos combatentes das guerras coloniais, bem como uma exposição alusiva aos 50 anos do 25 de Abril. Estas cerimónias culminaram com a exibição do filme “Salgueiro Maia – O Implicado” que foi apresentado no Auditório Municipal.
- Terras de Bouro recebeu a 31 de maio o RALLYSPIRIT 2024, com duas classificativas em Terras de Bouro, complementada pela homenagem à lendária equipa Diabolique Motorsport e aos saudosos Joaquim Santos e Miguel Oliveira. A prova organizada pela X Racing, contou com o Apoio da Câmara de Terras de Bouro e com a habitual colaboração desportiva do Club Automóvel de Santo Tirso. Carros de sonho percorreram troços exigentes e de grande beleza ao longo de troços florestais e de importantes centros urbanos das regiões do Minho e do Douro Litoral.

- Terras de Bouro esteve presente na Braga Romana. No âmbito da parceria estabelecida com o Município de Braga, e tendo em conta o património arqueológico (Geira Romana) que une os dois territórios, a Câmara de Terras de Bouro esteve presente no evento, Braga Romana, participando no Cortejo Triunfal com uma delegação representativa do Concelho. Também esteve, na área de recriação histórica, com um espaço promocional do nosso património.
- Organizado pela Associação Lírio do Gerês, com a colaboração da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia de Rio Caldo e Vilar da Veiga e dos hoteleiros do Gerês, foi realizada a XVIII Subida da Vezeira, na qual as vezeiras de Rio Caldo e Vilar da Veiga cumpriram o secular costume de encaminhar o gado bovino para a serra, atravessando a vila do Gerês, no dia 12 de maio. Neste fim de semana, também houve provas gastronómicas, animação musical e chegadas de bois, contribuindo, desta forma, para mais uma importante promoção de desenvolvimento da economia local. Esta foi a “primeira edição” realizada já com a inscrição oficializada da Vezeira de Vilar da Veiga no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.
- A 2ª Edição da Festa Unicórnio ocorreu nos dias 25 e 26 de maio, no Núcleo Museológico do Campo do Gerês, evento promovido pela AFURNA-Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna, com o apoio da Câmara Municipal. Neste evento, para além de outras ações, foi realizada uma feira, na qual estavam à venda produtos de artesanato local.
- A décima quinta edição da prova Ultra Geira/Via Nova Romana decorreu a 21 de abril e foi organizada pela Confraria *Trotamontes* e pelo Clube Orientação do Minho, tendo o apoio da Câmara de Terras de Bouro e de Amares. Esta edição foi constituída por 2 provas, sendo a Ultra Geira de 50 quilómetros e o Trail Geira Romana de 18 quilómetros.
- Mais de 1100 atletas/ciclistas, de 20 nacionalidades diferentes, participaram na 11ª edição de 2024 da prova velocipédica *Gerês Granfondo by Trek*, aquele que já é apelidado de “o mais mítico dos *granfondos* portugueses”. Teve a partida na vila do Gerês e percorreu os locais de referência do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Esta iniciativa foi apoiada pelo Município de Terras de Bouro e teve a organização da *Bikeservice*.
- Terras de Bouro recebeu a realização de mais uma prova velocipédica inserida na 3ª Taça de Portugal Enduro BTT. O evento, que atraiu ao nosso concelho, entre praticantes e aficionados, milhares de pessoas, foi organizado pela Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Chorense (ADRC) e pela IN NATURE. Tratou-se de um espetacular

acontecimento que percorreu e promoveu muitas das nossas mais belas paisagens, o que demonstra a apetência e a qualidade do nosso território para a realização destas e outras provas desportivas, que terão sempre o apoio e total disponibilidade do Município de Terras de Bouro.

- O Clube de Orientação do Minho organizou, em Lamas e na Junceda, nos dias 15 e 16 de junho, o Campeonato Nacional de Distância Média e Estafetas (CN DMédia/Estafetas) 2024. O evento atraiu mais de 400 participantes, tanto portugueses como estrangeiros, e contou com a colaboração da Federação Portuguesa e Galega de Orientação.

Este evento teve o apoio da Câmara de Terras de Bouro.

- A Vila do Gerês foi distinguida novamente com o prémio “Cinco Estrelas Regiões”, na 7ª Edição do Prémio Cinco Estrelas Regiões 2024. Esta avaliação mede o grau de satisfação dos produtos, serviços e marcas de origem portuguesa. A Vila do Gerês recebeu esta distinção na categoria de Aldeias e Vilas, e na categoria de Serras e Montanhas.

Desta vez, também o mel do Gerês foi galardoado, evidenciando o elevado nível de satisfação que os consumidores manifestaram sobre este produto.

- Numa cooperação transfronteiriça entre o Parque Nacional da Peneda Gerês e o Parque Natural Baixa Limia – Serra do Xurês foi levada a cabo uma ação de reflorestação no dia 3 de abril de 2024, em que foram plantados um total de 1000 (mil) exemplares de pinheiros-silvestres (*Pinus Sylvestris*) e árvores provenientes dos bosques nacionais.

A Câmara Municipal cooperou nesta ação.

- A 4ª Edição do IRIS - Festival de Imagem de Natureza do Gerês, levada a cabo pelo Município no mês setembro de 2024, contou com a participação de um número significativo de entusiastas da natureza. Este festival acaba por se transformar também numa ferramenta que contribui para a promoção e valorização do território, impulsionando o conceito de SlowTourism, voltado para quem deseja conhecer, não apenas as paisagens, mas também as pessoas, os costumes e as tradições locais.
- As Festas Concelhias em Honra de S. Brás, que ocorreram de 2 a 5 de agosto de 2024, como sempre, tiveram como ponto alto as manifestações religiosas, cuja organização tem vindo a atingir parâmetros de elevado rigor e concretização.

A par da componente religiosa, desenvolveram-se, nestas festas, outras atividades de caráter lúdico, de expressão musical e pirotecnia que atraíram milhares de pessoas à sede do Concelho.

- Terras de Bouro esteve, mais uma vez, em destaque na BRAGA CUP 2024. No âmbito do protocolo de parceria entre o Município de Terras de Bouro e a organização da prova BRAGA CUP, vários grupos de atletas estiveram na região para visitar o nosso concelho, entre os dias 26 e 30 de junho de 2024. Esta iniciativa teve muito interesse na promoção turística do nosso território e fomentou o intercâmbio social e desportivo, sendo o evento BRAGA CUP um torneio de futebol infantil, realizado anualmente, que reúne milhares de atletas de todo o país.

- A Feira da Chanfana ocorreu, nos dias 28 e 29 de setembro, na Aldeia Comunitária da Ermida, tendo atraído aquele lugar centenas de pessoas para degustarem o delicioso prato de chanfana de cabra.

Organizada pela Associação de Turismo da Aldeia Comunitária da Ermida (ATACE) e com o apoio da Câmara Municipal, esta feira gastronómica tem gerado uma dinâmica muito interessante, através da promoção da cabra da serra do Gerês, como fator de desenvolvimento local, quer pela sua comercialização, quer como um elemento referenciador na gastronomia da região.

- Realizada a XXIII Feira-Mostra de São Martinho nas Terras do Gerês que, como já é habitual, trouxe muita gente à Sede do Concelho.

Os espetáculos musicais, a presença de ranchos folclóricos, os magustos, a desfolhada, o concurso promovido pela ATAHCA sobre o “melhor mel do mundo”, a montaria ao javali, as rusgas espontâneas, tudo foram iniciativas que compuseram e completaram esta feira.

- No dia 23 de novembro foi apresentada no Auditório Municipal a 2ª edição da revista “No Coração da Natureza”, uma publicação dedicada à promoção do turismo local e das riquezas naturais, culturais e históricas do concelho de Terras de Bouro, inseridos no Parque Nacional da Peneda Gerês.

- No fim de semana de 29 de novembro a Vila do Gerês acolheu a prova *Gerês Extreme Marathon* “a maratona mais bela e mais dura do mundo”, organizada pela *Carlos Sá Nature Events* com o apoio da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, em que, mais de 2000 atletas, provenientes de trinta países, percorreram as estradas de montanha do único Parque Nacional de Portugal.

Desenvolvimento Económico/Gabinete de Apoio à Agricultura

- Apoio e elaboração de candidaturas para licenciamento das explorações agrícolas, guias de transporte de animais, registos apícolas e parcelário, cuja receita foi de 13.646,84€ (treze mil seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos).
- Elaboração e submissão de 553 (quinhentas e cinquenta e três) candidaturas, no âmbito do “pedido único”, para os agricultores do Concelho.
- Identificação e elaboração do Parcelário Agrícola.
- Concedido apoio financeiro aos titulares de explorações agropecuárias, com uma comparticipação de 100% da Sanidade Animal, que atingiu o valor de 3.031,00 (três mil e trinta e um euros).
- Realizaram-se 4 (quatro) ações de esclarecimento sobre o “Pedido Único”. Estas ações realizaram-se na Câmara Municipal, Santa Isabel do Monte, Carvalheira e Rio Caldo.
- Realizadas 4 (quatro) ações de formação para os agricultores do concelho de Terras de Bouro. Estas ações de formação foram financiadas pelo PDR 20/30, tendo incidido a matéria e o conhecimento transmitido na aplicação de produtos fitofármacos. Participaram em cada ação 19 (dezanove) formandos, tendo sido totalizado 76 (setenta e seis) certificados.

Com determinação e responsabilidade continuaremos a traçar o rumo que desejamos e queremos que seja o melhor para o Município de Terras de Bouro.

O caminho para a consecução desse objetivo deve ser o de manter o bom nível dos principais indicadores orçamentais, bem como, pautar a nossa gestão pelo cumprimento das normas da Lei do Orçamento de Estado para as autarquias locais, tendo em vista, prosseguir e alcançar a consolidação e equilíbrio financeiro do Município.

É o que, com todo o rigor, foi praticado, como a seguir se demonstra.

CAPÍTULO II – Relatório de Gestão

O presente relatório é apresentado nos termos do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que, para além do cumprimento legal, pretende permitir a harmonização, a transparência e a credibilidade das contas públicas, bem como a respetiva comparabilidade, tanto a nível interno, como a nível internacional.

Este normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A Prestação de Contas do Município do ano 2024 foi elaborada, com exceção da contabilidade de gestão ou analítica, de acordo com o normativo contabilístico em vigor, o SNC-AP, que entrou em vigor para as Autarquias Locais no dia 1 de janeiro de 2020.

De facto, dada a complexidade e necessidade de envolvimento de toda a estrutura técnico-administrativa no registo de dados, ainda não foi possível proceder à implementação da Contabilidade de Gestão, pelo não serão apresentados quaisquer dados relativos a este subsistema.

Os procedimentos inerentes aos registos contabilísticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos nas disposições legais, obedecendo qualquer ato de gestão da atividade financeira das autarquias locais a normas e princípios constantes no respetivo enquadramento jurídico em vigor.

Este relatório tem, assim, por objetivos:

- i. Explicitar os níveis de execução conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes do desempenho da atividade financeira municipal;
- ii. Proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição económica, financeira e dos fluxos de caixa;
- iii. Facultar informação credível para as entidades externas e para a preparação das contas de acordo com o sistema europeu das contas nacionais e regionais;

- iv. Obter maior controlo financeiro, da legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros, que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

As contas do Município foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

Notas:

Os valores unitários constantes nos mapas e quadros encontram-se expressos em unidades de euros.

1. Análise orçamental

No ano de 2024 a receita cobrada bruta atingiu os € 18.813.997 (€ 18.685.094 de receita cobrada líquida), verificando-se um aumento de € 1.266.868 relativamente à receita bruta cobrada no exercício de 2023.

Na tabela seguinte podemos analisar, em detalhe, a receita orçamentada, a corrigida e a cobrada no ano de 2024.

Tabela 2 - Receita

RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receitas Cobradas Brutas	Receitas Cobradas Líquidas	% Execução
RECEITA EFETIVA					
Impostos diretos	1 121 540,00	1 121 540,00	1 127 668,45	1 076 881,13	96,02%
Taxas, multas e o. penalidades	191 800,00	191 800,00	280 775,41	279 880,92	145,92%
Rendimento de propriedade	494 705,00	494 705,00	524 700,60	524 700,60	106,06%
Transferências correntes	8 519 726,00	9 781 751,00	9 685 201,31	9 685 163,82	99,01%
Vendas e prest. de serviços	716 315,00	716 315,00	785 597,51	783 376,23	109,36%
Outras receitas	20,00	20,00	1 607,80	1 607,80	8039,00%
TOTAL R. CORRENTES	11 044 106,00	12 306 131,00	12 405 551,08	12 351 610,50	100,37%
Venda de bens	30,00	30,00	935,00	935,00	3116,67%
Transferências capital	3 815 299,00	3 063 814,00	5 085 974,78	5 011 012,78	163,55%
O. receitas de capital	5,00	5,00	4 116,24	4 116,24	82324,80%
TOTAL R. CAPITAL	3 815 334,00	3 063 849,00	5 091 026,02	5 016 064,02	163,72%
Total da Receita Efetiva	14 859 440,00	15 369 980,00	17 496 577,10	17 367 674,52	113,00%
RECEITA NÃO EFETIVA					
Ativos Financeiros	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1 090 272,00	2 497 767,00	437 832,96	437 832,96	17,53%
TOTAL R. NÃO EFETIVA	1 090 277,00	2 497 772,00	437 832,96	437 832,96	17,53%
OUTRAS RECEITAS					
Reposições não abatidas nos pagamentos	5,00	5,00	5 917,79	5 917,79	118355,80%
Saldo da gerência anterior	0,00	873 669,00	873 669,00	873 669,00	100,00%
Total O. Receitas	5,00	873 674,00	879 586,79	879 586,79	100,68%
Total Geral	15 949 722,00	18 741 426,00	18 813 996,85	18 685 094,27	99,70%

Em breve análise à tabela supra é possível concluir:

- Que a execução global do orçamento da receita atingiu os 99,70% de receita cobrada líquida;
- Qua a receita corrente apresenta uma taxa de execução de 100,37%, o que demonstra o rigor e não empolamento com que as receitas correntes são calculadas.

- Que a receita de capital apresenta uma taxa de execução de 163,72%, fruto dos protocolos e contratos-programa celebrados e recebidos no final do ano.
- Que a taxa de execução da receita não efetiva (empréstimos) está associada a investimentos (pavimentações) a iniciar, para os quais foi necessário, nos termos da Lei, fazer a revisão dos respetivos projetos.

Ao nível das receitas correntes, destaca-se, mais uma vez, o comportamento da rubrica de Vendas e Prestação de Serviços que volta a superar a estimativa efetuada, neste ano, em 9,36%, o que representa uma execução superior ao estimado em cerca de € 67.061.

No que concerne às receitas de capital destaca-se a cobrança, ao nível das transferências de capital de um montante superior a 5,011 milhões de euros – o que é demonstrativo do elevado investimento efetuado no território concelhio ao longo do ano de 2024 e a efetuar no decurso do ano de 2025, face aos protocolos e contratos-programa celebrados com a Administração Central.

A receita não efetiva, que apresenta uma taxa de execução de 17,53%, fixou-se em € 437.833.

Ao nível das despesas a tabela seguinte apresenta a decomposição da despesa inicialmente orçamentada, corrigida e paga, em 2024, por grandes grupos de classificação económica:

Tabela 3 - Despesa

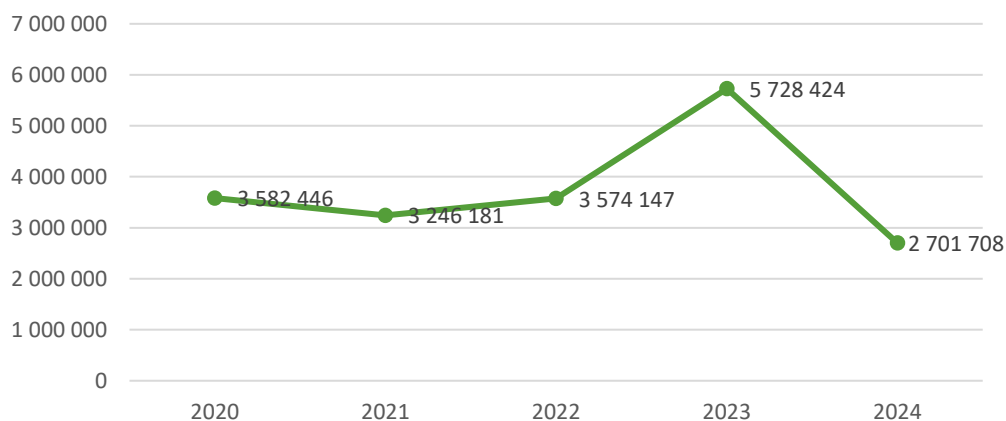
	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Despesas pagas	% Exec.
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	6 465 900,00	6 250 132,00	6 220 168,96	99,52%
Aquisição de bens e serviços	3 146 150,00	3 920 850,00	3 484 007,47	88,86%
Juros e outros encargos	151 200,00	198 110,00	197 854,23	99,87%
Transferências correntes	562 100,00	889 510,00	863 237,89	97,05%
Subsídios	57 600,00	40 770,00	39 092,62	95,89%
Outras despesas correntes	144 252,00	183 252,00	180 900,10	98,72%
Total Desp. Correntes	10 527 202,00	11 482 624,00	10 985 261,27	95,67%
Aq. Bens de investimento	4 491 847,00	5 721 035,00	2 701 708,41	47,22%
Transferências de capital	529 573,00	1 051 567,00	1 051 175,38	99,96%
O. Despesas de capital	1 000,00	0,00	0,00	0,00%
Total Despesa de Capital	5 022 420,00	6 772 602,00	3 752 883,79	55,41%
Total Despesa Efetiva	15 549 622,00	18 255 226,00	14 738 145,06	80,73%
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	400 100,00	486 200,00	486 008,25	99,96%
Total despesa não efetiva	400 100,00	486 200,00	486 008,25	99,96%
Total Geral	15 949 722,00	18 741 426,00	15 224 153,31	81,23%

O total da despesa apresenta uma taxa de execução de 81,23%, correspondendo a € 15.224.153 de despesa paga.

A despesa corrente paga apresenta uma taxa de execução de 95,67%, em consonância com as taxas de execução da generalidade das rubricas deste capítulo que apresentam taxas de execução superiores a 90%, com exceção da rubrica de Aquisição de Bens e Serviços cujo taxa de execução se fixou em 88,86%.

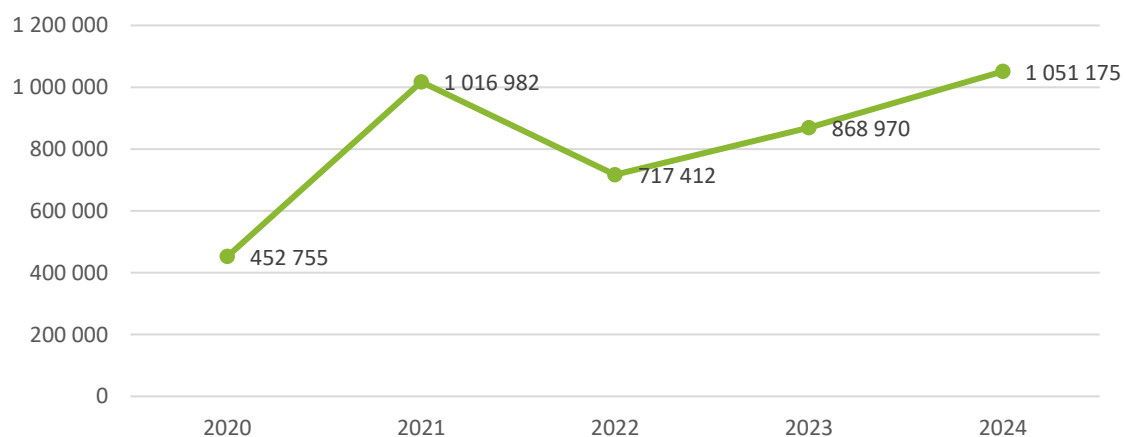
Ao nível das despesas de capital pagas registou-se uma taxa de execução de 55,41%, prejudicada pela execução dos projetos de melhoria das acessibilidades, cujos projetos foram submetidos para revisão e atrasaram a respetiva execução. O montante pago com Aquisição de Bens de Investimento fixou-se em **€ 2.701.708**.

Gráfico 1 - Evolução do Investimento



Acresce ao investimento efetuado diretamente pela Câmara Municipal, as transferências de capital efetuadas, quer para Juntas de Freguesia, quer para Associações ou Centros Sociais, para realização de investimentos, cujo valor atingiu o montante de **€ 1.051.175**.

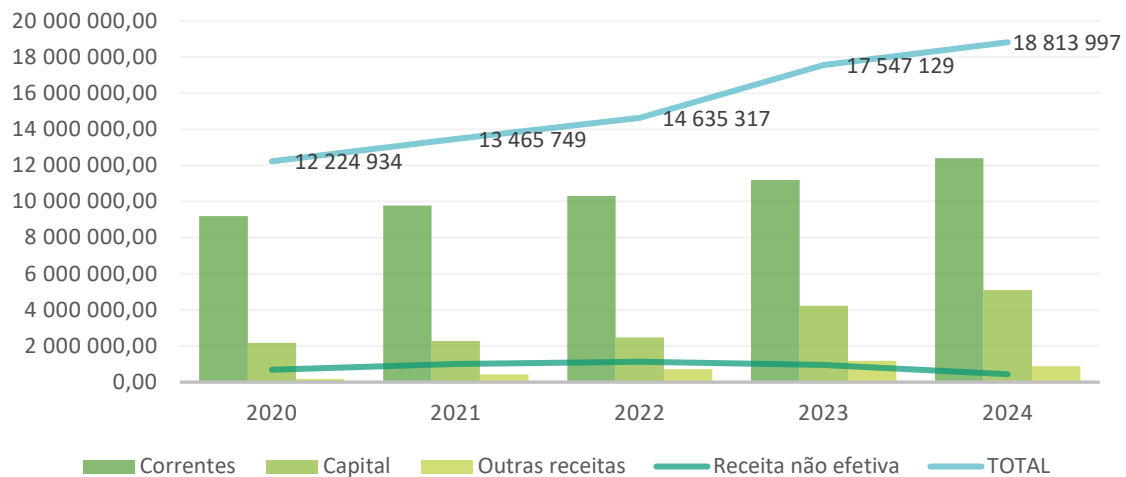
Gráfico 2 - Evolução transferências de capital



1.1. Receita

Apresenta-se, no gráfico que se segue, a evolução da receita cobrada bruta nos últimos 5 anos.

Gráfico 3 - Evolução da Receita



Verifica-se um, constante e sustentado, crescimento das receitas correntes, destacando-se que, comparativamente com o ano de 2020 o volume das receitas correntes aumentou cerca de 3,223 milhões de euros.

No que diz respeito às receitas de capital verifica-se um aumento, relativamente ao ano anterior de 20,41%, facto que se deve à arrecadação das receitas referentes aos protocolos e contrato-programa celebrados com a Administração Central no final do ano.

Comparando com o ano de 2023, as receitas cobradas apresentam um crescimento global de 7,22%. As receitas correntes apresentam um aumento de 10,86%, ao passo que as receitas de capital apresentam um aumento de 20,41%.

1.1.1. Receita própria

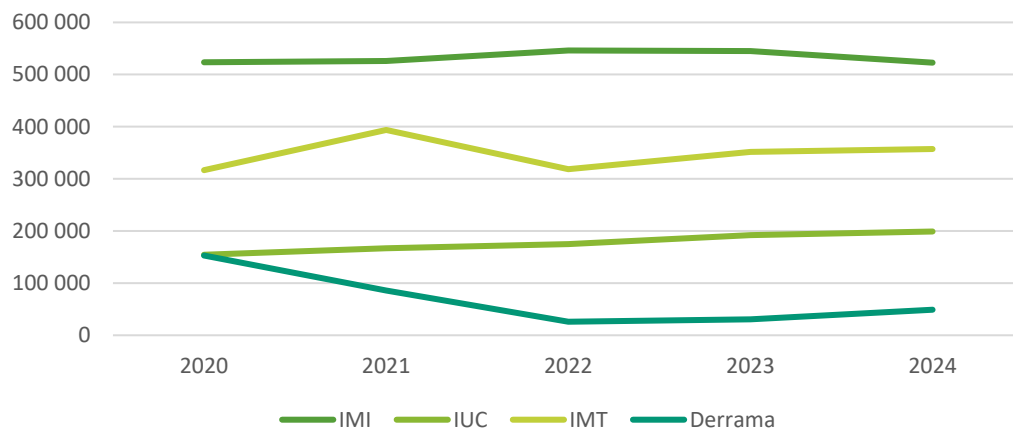
As receitas próprias apresentaram em 2024, um valor global cobrado de € 2.725.401 o que representa um aumento de 3,15% comparativamente com o ano de 2023.

A rubrica de Taxas, Multas e Outras Penalidades é aquela que apresenta o maior aumento relativo (21,90%) ao passo que a rubrica de Impostos Diretos é a que apresenta menor aumento: 0,70%.

Em termos brutos as receitas próprias da autarquia aumentaram € 83.129.

Ao nível dos Impostos Diretos verificam-se aumentos no Imposto Único de Circulação (IUC) no Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (IMT) e na Derrama de, respetivamente, 3,63%, 1,52% e 58,32. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresenta um decréscimo de 4,11%.

Gráfico 4 - Impostos diretos

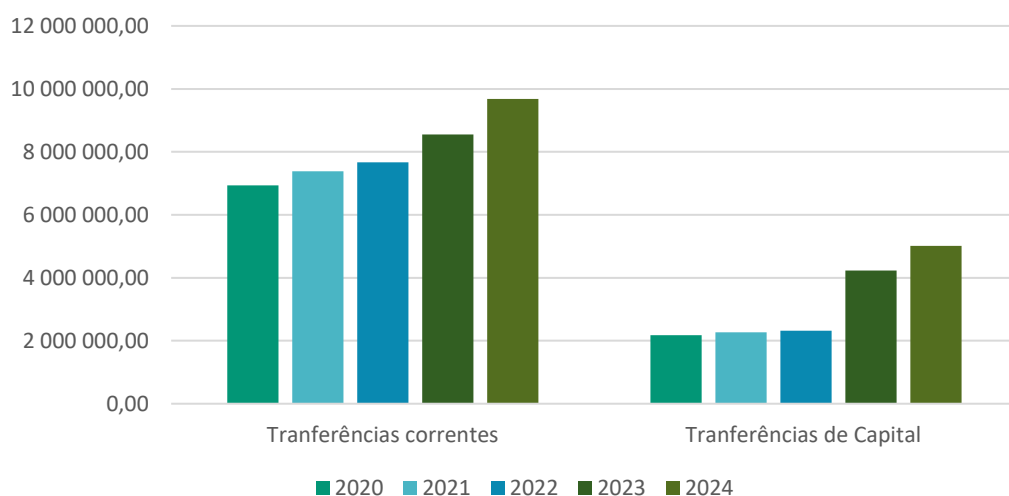


1.1.2. Transferências obtidas

As transferências obtidas, em 2024, atingiram os € 14.696.177 (líquidas de reembolsos e restituições), o que representa um aumento, comparativamente com o ano de 2023 de 15,04%. Este aumento é justificado pela arrecadação das receitas associadas aos protocolos e contrato-programa celebrados com a Administração Central.

As transferências correntes registaram em 2024, um acréscimo da receita cobrada de € 1.137.817, e as transferências de capital registaram um aumento de € 783.698.

Gráfico 5 - Transferências obtidas



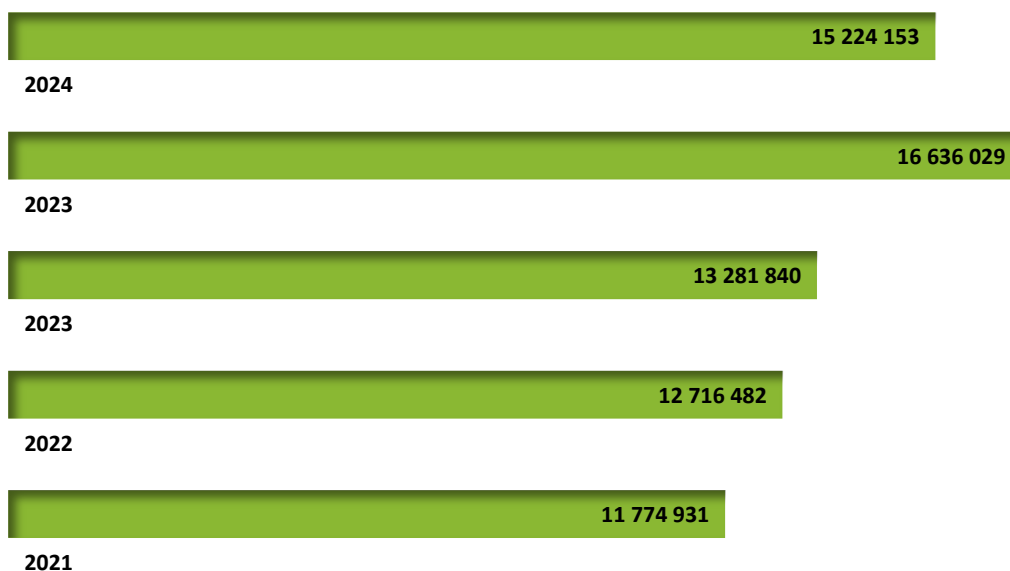
1.1.3. Financiamento bancário

No decurso do de 2024, o Município utilizou € 437.833, dos empréstimos contratualizados, quer junto da banca comercial, quer junto do Estado Português, através do Empréstimo-Quadro BEI – Autarquias, para financiamento de projetos em curso.

1.2. Despesa

A despesa paga líquida atingiu, em 2024, **€ 15.224.153**, correspondendo a uma execução de 81,23% dos recursos orçamentados.

Gráfico 6 - Evolução da despesa



Da análise do gráfico supra é possível concluir que a despesa paga aumentou significativamente nos últimos anos, obtendo a sua maior expressão no ano de 2023, onde foram pagos € 16.636.029 de despesa. No ano de 2024 verifica-se, também, um assinalável volume de despesa paga: **€ 15.224.153**.

De seguida apresenta-se uma tabela resumo com as dotações corrigidas, os compromissos assumidos, as obrigações e a despesa paga, em função dos grandes capítulos da despesa pública.

Tabela 4 - Despesa

	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas
Despesa Efetiva				
Despesas com o pessoal	6 250 132,00	6 243 586,38	6 220 168,96	6 220 168,96
Aquisição de bens e serviços	3 920 850,00	3 821 167,97	3 484 007,47	3 484 007,47
Juros e outros encargos	198 110,00	198 102,56	197 854,23	197 854,23
Transferências correntes	889 510,00	885 313,87	863 237,89	863 237,89
Subsídios	40 770,00	40 764,10	39 092,62	39 092,62
Outras despesas correntes	183 252,00	181 561,39	180 900,10	180 900,10
Total Despesas Correntes	11 482 624,00	11 370 496,27	10 985 261,27	10 985 261,27
Aquisição Bens de investimento	5 721 035,00	3 159 313,77	2 701 708,41	2 701 708,41
Transferências de capital	1 051 567,00	1 051 175,38	1 051 175,38	1 051 175,38
Outras Despesas de capital				
Total Despesa de Capital	6 772 602,00	4 210 489,15	3 752 883,79	3 752 883,79
Total Despesa Efetiva	18 255 226,00	15 580 985,42	14 738 145,06	14 738 145,06
Despesa Não Efetiva				
Ativos financeiros				
Passivos financeiros	486 200,00	486 009,25	486 008,25	486 008,25
Total despesa não efetiva	486 200,00	486 009,25	486 008,25	486 008,25
Total Geral	18 741 426,00	16 066 994,67	15 224 153,31	15 224 153,31

Também se conclui que da diferença entre as obrigações e a despesa paga não resulta qualquer saldo, o que representa que todas as obrigações registadas a 31/12/2024 foram pagas.

1.2.1. Despesa efetiva – despesa corrente e despesa de capital

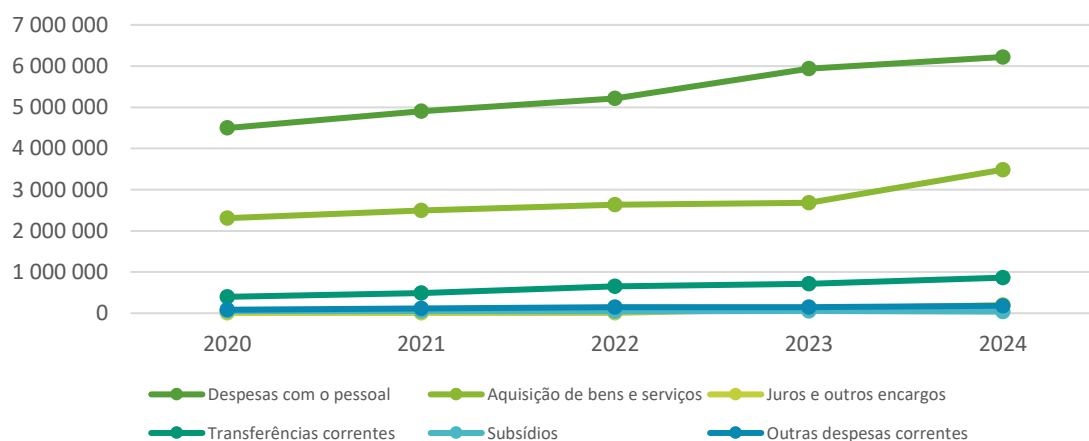
A despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 95,67%, correspondentes a € 10.985.261 de despesa paga, enquanto a despesa de capital apresenta uma taxa de 55,41%, a que correspondente pagamentos efetuados de € 3.752.884.

Tabela 5 - Despesa efetiva

Despesa Efetiva	2023	2024	variação	
Despesas com o pessoal	5 936 487	6 220 169	283 682	4,78%
Aquisição de bens e serviços	2 682 782	3 484 007	801 225	29,87%
Juros e outros encargos	108 776	197 854	89 078	81,89%
Transferências correntes	714 186	863 238	149 052	20,87%
Subsídios	55 979	39 093	-16 887	-30,17%
Outras despesas correntes	148 803	180 900	32 097	21,57%
Total Despesas Correntes	9 647 014	10 985 261	1 338 248	13,87%
Aquisição Bens de investimento	5 728 424	2 701 708	-3 026 715	-52,84%
Transferências de capital	868 970	1 051 175	182 205	20,97%
O. Despesas de capital				
Total Despesa de Capital	6 597 394	3 752 884	-2 844 510	-43,12%
Total Despesa Efetiva	16 244 408	14 738 145	-1 506 263	-9,27%

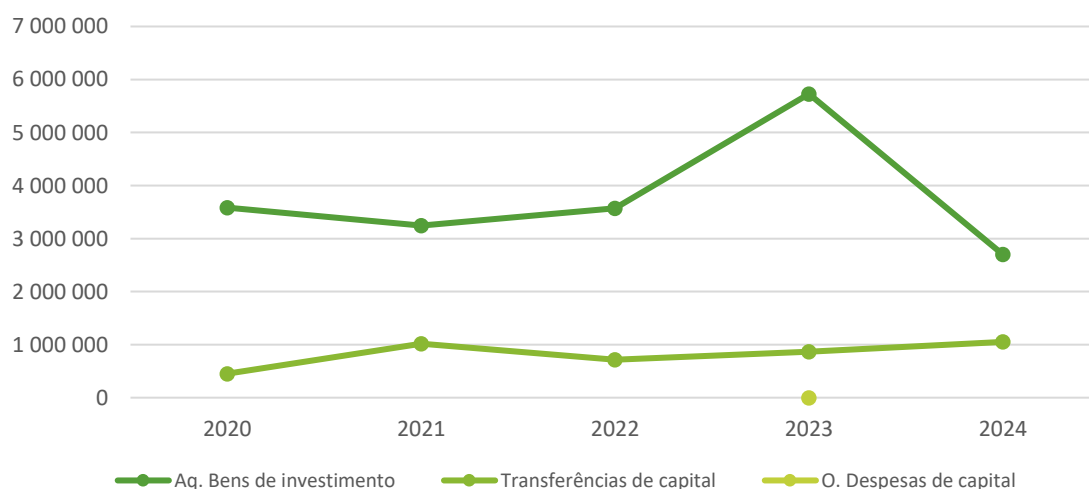
Comparando com o ano de 2023 verifica-se que a despesa corrente cresceu 13,87%, enquanto a despesa de capital decresceu 43,12%. A despesa efetiva registou um decréscimo de 9,27%. O aumento registado nas despesas com o pessoal está relacionado com os aumentos generalizados dos vencimentos dos funcionários, bem como, com as alterações de posicionamento remuneratório em função da antiguidade, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro.

Gráfico 7 - Evolução das despesas correntes



Ao nível das despesas de capital, verifica-se um decréscimo acentuado na rubrica de Aquisição de Bens de Investimento que está relacionado com o encerramento dos projetos do Portugal 2020 e o atraso no arranque dos financiamentos e consequente realização dos projetos associados ao Portugal 2023 e ao Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). As transferências de capital apresentam um aumento de 20,97% relativamente a 2023.

Gráfico 8 - Evolução das despesas de capital



1.2.2. Despesa não efetiva

Ao nível da despesa não efetiva verificou-se uma taxa de execução de 99,96%, correspondentes a € 486.008, totalmente afetos à rubrica de Passivos Financeiros, que corresponde à amortização de capital de empréstimos contraídos e que será objeto de análise em capítulo próprio.

Tabela 6 - Despesa não efetiva

	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas	%.
Despesa Não Efetiva					
Ativos financeiros					
Passivos financeiros	486 200,00	486 009,25	486 008,25	486 008,25	99,96%
Total despesa não efetiva	486 200,00	486 009,25	486 008,25	486 008,25	99,96%

1.3. Resultado orçamental

Na tabela seguinte apresenta-se a receita total cobrada e a despesa total paga, nos últimos 5 anos, apurando-se, do resultado da diferença destas duas dimensões, o saldo orçamental a incorporar no orçamento seguinte. Como resultado da execução orçamental de 2024, foram já incorporados no orçamento municipal de 2025: **€ 3.460.940,96**.

Tabela 7 - Saldo para a gerência seguinte

	2020	2021	2022	2023	2024
Receita total cobrada	12 193 968,20	13 440 036,67	14 447 777,65	17 509 698,86	18 685 094,27
despesa total paga	11 774 931,04	12 716 482,15	13 281 839,64	16 636 029,40	15 224 153,31
Saldo para a gerência seguinte	419 037,16	723 554,52	1 165 938,01	873 669,46	3 460 940,96

Na tabela seguinte expõe-se os resultados da execução orçamental de 2024.

Apurou-se, no final do ano, uma poupança corrente de € 1.366.349 e um saldo de capital positivo de € 1.263.180.

Tabela 8 - Resultado orçamental

Resultado orçamental	2024
Receita corrente cobrada	12 351 610,50
Despesa corrente paga	10 985 261,27
Poupança corrente	1 366 349,23
Receita de capital cobrada	5 016 064,02
Despesa de capital paga	3 752 883,79
Saldo de Capital	1 263 180,23
Receita total cobrada	18 685 094,27
Despesa total paga	15 224 153,31
Saldo da Gerência anterior	873 669,46
Saldo Orçamental	3 460 940,96

1.4. Principais indicadores orçamentais

Tabela 9 - Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Resultado
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	1,00
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	0,81
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	1 366 349,23
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	1 263 180,23
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	3 706 970,48
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	3 509 116,25
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	1,00
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	1,00

2. Análise económico-financeira

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do SNC-AP.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados do Município de Terras de Bouro, relativos ao ano económico de 2024.

2.1. Balanço

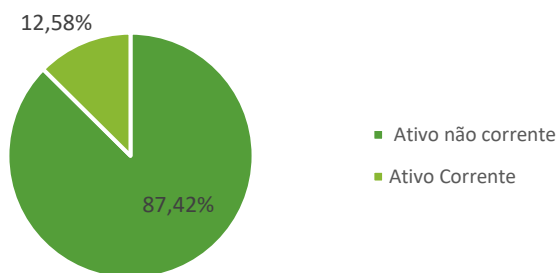
Em 31/12/2024 o Ativo do Município de Terras de Bouro ascendia a € 46.806.178 o que representa um acréscimo de 5,71%, comparativamente com o ano de 2023.

Tabela 10 - Ativo

RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Ativos fixos tangíveis	37 327 611,25	37 489 575,08	-0,43%
Propriedades de investimento	2 954 069,19	3 001 615,78	-1,58%
Ativos intangíveis	53 340,96	133 093,91	-59,92%
Investimentos financeiros	583 266,20	583 266,20	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes		8 124,06	-100,00%
Ativo não corrente	40 918 287,60	41 215 675,03	-0,72%
Inventários	41 538,00	50 329,23	-17,47%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	652 313,91	401 341,98	62,53%
Clientes, contribuintes e utentes	139 030,13	72 974,68	90,52%
Estado e Outros Entes Públicos		2 654,90	-100,00%
Outras contas a receber	1 148 785,63	1 230 602,91	-6,65%
Diferimentos	6 980,64	3 310,04	110,89%
Caixa e depósitos	3 899 242,21	1 298 955,85	200,18%
Ativo Corrente	5 887 890,52	3 060 169,59	92,40%
Total do ativo	46 806 178,12	44 275 844,62	5,71%

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis sofreu, comparativamente com o ano de 2023, um decréscimo de 0,43%.

O Ativo Corrente representa 12,58% do total do ativo e regista um aumento de 92,40% face a



2023, em grande parte, relacionado com a arrecadação das verbas relativas aos protocolos e contrato-programa celebrados com a Administração Central, no final do ano, o que representou um acentuado aumento das

disponibilidades, em posse do município, no final do ano.

No que diz respeito ao passivo municipal, o Município de Terras de Bouro encerrou o ano de 2024 com um valor de € 7.586.028, o que representa um decréscimo de 3,04%, em relação ao ano de 2023. O valor do passivo é constituído em 74,19% por passivo não corrente e 25,81% por passivo corrente.

Tabela 11 - Passivo

RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Provisões	1 519 723,89	1 426 326,74	6,55%
Financiamentos obtidos	4 108 160,82	4 144 615,22	-0,88%
Passivo não corrente	5 627 884,71	5 570 941,96	1,02%
Fornecedores		220 785,40	-100,00%
Estado e outros entes públicos	2 503,31		100,00%
Financiamentos obtidos	375 517,08	387 237,97	-3,03%
Fornecedores de investimentos		68 840,13	-100,00%
Outras contas a pagar	1 571 299,76	1 567 813,12	0,22%
Diferimentos	8 823,03	8 623,03	2,32%
Passivo Corrente	1 958 143,18	2 253 299,65	-13,10%
Total do passivo	7 586 027,89	7 824 241,61	-3,04%

Comparando com o ano de 2023 o passivo teve uma variação negativa de 3,04% que resulta do facto de inexistirem a 31/12/2024 quaisquer dívidas a fornecedores.

Os Fundos Próprios do município apresentaram um saldo de € 39.220.150, o que representa um aumento de 7,60% em comparação com o ano de 2023.

É também apresentado um Resultado Líquido do exercício, negativo de – 733.053, cuja análise será efetuada no capítulo da Demonstração de Resultados e nas notas às demonstrações financeiras.

Tabela 12 - Património Líquido

RUBRICAS	DATAS		variação
	31/12/2024	31/12/2023	
Património / Capital	47 260 551,23	47 260 551,23	0,00%
Reservas	509 727,51	509 727,51	0,00%
Resultados transitados	-25 702 366,17	-25 375 624,31	1,29%
Outras variações no património líquido	17 885 290,37	14 384 625,44	24,34%
Resultado líquido do período	-733 052,71	-327 676,86	123,71%
Total do Património Líquido	39 220 150,23	36 451 603,01	7,60%

2.2. Demonstração de resultados

O resultado líquido de 2024 é negativo, no valor de € 733.053. O decréscimo verificado no Resultado Líquido está relacionado com o aumento generalizado dos gastos, com especial enfoque nos fornecimentos e serviços externos que aumentaram cerca de 30,70%.

Os gastos de 2024 atingiram o montante de € 14.890.495, o que corresponde a um aumento de cerca de 9,29%, face ao ano de 2023.

Tabela 13 - Gastos

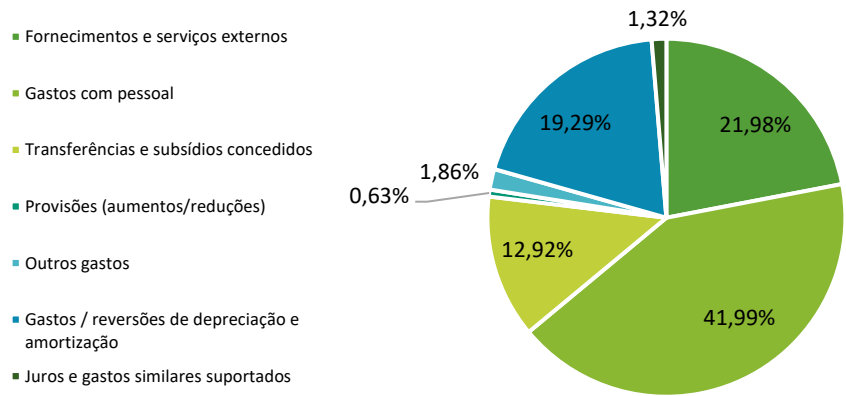
Gastos	2024	2023	Variação
Fornecimentos e serviços externos	3 273 381,98	2 504 482,40	30,70%
Gastos com pessoal	6 252 690,02	5 997 699,74	4,25%
Transferências e subsídios concedidos	1 923 862,62	1 774 877,24	8,39%
Provisões (aumentos)	93 397,15		100,00%
Outros gastos	277 498,65	456 287,11	-39,18%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	2 872 870,74	2 752 888,93	4,36%
Juros e gastos similares suportados	196 793,85	138 945,62	41,63%
Total	14 890 495,01	13 625 181,04	9,29%

A rubrica de Gastos com o pessoal continua a ser a rubrica que apresenta maior peso relativo na estrutura de gastos do município: 41,99%. Segue-se a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos com 21,98%.

Em termos de variação verifica-se que os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um aumento de cerca de 30,70% e os Juros e gastos similares de cerca de 41,63%.

Por outro lado, registou-se um decréscimo de 39,18% com Outros Gastos.

Gráfico 9 - Gastos



Os rendimentos atingiram em 2024 o montante de € 14.157.442, o que representa um aumento de 6,47%, face ao ano de 2023.

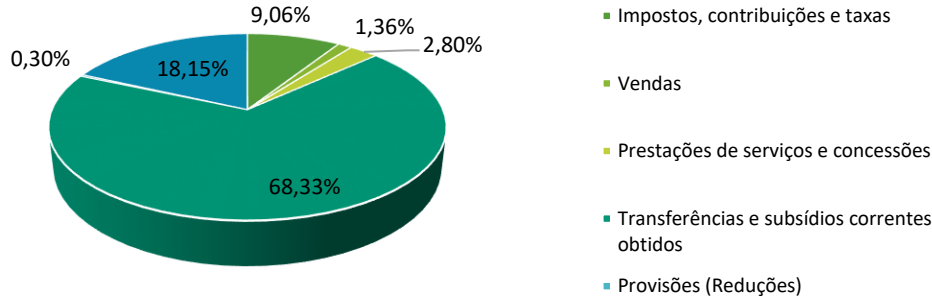
Tabela 14 - Rendimentos

Rendimentos	2024	2023	Variação
Impostos, contribuições e taxas	1 282 563,82	1 308 127,07	-1,95%
Vendas	192 393,22	213 209,57	-9,76%
Prestações de serviços e concessões	396 607,48	390 062,64	1,68%
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 673 376,37	8 648 481,70	11,85%
Provisões (Reduções)	42 430,17	54 347,49	-21,93%
Juros e rendimentos similares obtidos		3 447,70	-100,00%
Outros rendimentos	2 570 071,24	2 679 828,01	-4,10%
Total	14 157 442,30	13 297 504,18	6,47%

A rubrica que continua a ter o maior peso na estrutura de rendimentos da autarquia é a de Transferências e subsídios correntes obtidos, que representa cerca de 68,33% do total de rendimentos, a qual, no ano de 2024, registou um aumento de 11,85% quando comparada com o volume deste tipo de rendimentos no ano de 2023.

Verifica-se, ao nível dos Impostos, contribuições e taxas um decréscimo de cerca de 1,95%, e na rubrica de Vendas um decréscimo de 9,76%.

Gráfico 10 - Rendimentos



2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Tabela 15 - Indicadores financeiros

Indicador	Fórmula de cálculo	2024	2023
Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	3,003	1,357
Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente	2,986	1,336
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo corrente	1,991	0,576
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	83,8%	82,3%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	5,170	4,659
Endividamento	Passivo/Ativo	0,162	0,177

2.4. Endividamento municipal

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, dispõe, no seu artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Tabela 16 - Limite da Dívida total

Enquadramento	Valores
Receita corrente líquida cobrada – 2021	9 744 097,40
Receita corrente líquida cobrada – 2022	10 126 176,25
Receita corrente líquida cobrada – 2023	11 153 324,28
(a) Média da Receita Corrente dos últimos 3 exercícios	10 341 199,31
(b) Limite da Dívida Total – 1,5 x (a)	15 511 798,97

Tabela 17 - Dívida total

Aferição da Dívida	31/12/2023	31/12/2024
--------------------	------------	------------

Total da Dívida a terceiros (incluindo não orçamentais)	5 295 291,07	4 924 482,00
Contributo (SM + AM + SEL + entidades participadas)	225 121,06	153 538,77
Dívida Total	5 520 412,13	5 078 020,77
Dívida não orçamental	425 286,39	438 300,79
Dívida Total (excluindo não orçamentais)	5 095 125,74	4 639 719,98
Margem de endividamento	9 416 018,70	10 872 078,99
Margem disponível - Lei 73/2013 – 20%	1 883 203,74	2 174 415,80
Margem disponível – OE 2024 – Art. 76.º Lei 82/2023 – 40%	3 766 407,48	4 348 831,59

Da análise aos mapas que antecederam verifica-se um decréscimo da dívida total de cerca de 8,01%.

O valor correspondente à contribuição do Setor Empresarial Local para o endividamento do município, foi o valor comunicado pelas entidades no portal SIIAL, da DGAL, até ao 4.º trimestre de 2024, sendo suscetível de sofrer alteração em função das respetivas contas.

Nota: Os valores acima apresentados incluem os empréstimos excecionados, pelo que a margem disponível é, na realidade, superior à apresentada.

3. Contabilidade de gestão

Conforme se referiu anteriormente, o processo de implementação da contabilidade de gestão na Câmara Municipal de Terras de Bouro, por vicissitudes várias, estagnou, não se encontrando reunidas as condições para a apresentação de quaisquer dados neste âmbito, sob pena de não se refletir uma imagem fiel e verdadeira das contas municipais.

4. Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2024 foi **negativo** de: **€ 733.052,71**.

Propõe-se:

- 1.º - a sua aprovação;
- 2.º - que o mesmo seja transferido para a conta 561 - Resultados Transitados.

5. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do período

Não ocorreram factos dignos de registo entre 31 de dezembro de 2024 e a data da elaboração das demonstrações financeiras.

6. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Não existem dívidas em mora ao Estado, à Segurança Social, à Caixa Geral de Aposentações, nem a qualquer outro subsistema de segurança social ou organismo público.

7. Principais pressupostos relativos ao futuro

(Envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Riscos de Mercado

(i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro. O Município recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que parte da dívida financeira do Município está indexada a taxas de juro de mercado.

(ii) Risco de Preço

A entidade está exposta ao risco de preços das matérias-primas e serviços em geral, que, em face da conjuntura atual, em especial com a perspetiva de implementação de tarifas aduaneiras por parte da atual administração Norte Americana e consequentes retaliações, prevê-se que se mantenha a incerteza quanto à definição dos preços.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, contribuinte e utentes, relacionados com a atividade operacional.

A gestão de risco da entidade está estruturada nas necessidades próprias das atividades da entidade tendo em constante consideração:

- Uma regular monitorização das contas de clientes, contribuintes e utentes;

- O recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, o Município mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i) Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- (ii) Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento da sua atividade

8. Guerras da Ucrânia e do Médio Oriente e Nova Administração Norte Americana

Às guerras na Ucrânia e no médio oriente, na Faixa de Gaza, que originaram de imediato uma escalada da generalidade dos preços dos bens e matérias primas, bem como a instabilidade nos mercados internacionais, verifica-se, com a eleição de *Donald Trump* como presidente dos Estados Unidos da América, mais um fator de instabilidade, mormente, pela fixação de tarifas aduaneiras à generalidade dos países.

Neste enquadramento, o nível de incerteza quanto às perspetivas de evolução da atividade do Município em 2025 mantém-se impactadas pelos efeitos que as guerras estão a provocar, e pelas medidas da nova administração americana mormente, com a hostilização dos tradicionais aliados, através da implementação de tarifas aduaneiras. A efetivação destas tarifas irão conduzir ao aumento da inflação global, com o natural impacto no território concelhio.

Não obstante este enquadramento de complexidade acrescida, nada altera a direção nem diminui a determinação do Município em prosseguir o trabalho de preparação e de transformação que é essencial para o seu território e para a sua população, nomeadamente, na maximização de fundos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como, na preparação e submissão de candidaturas ao Portugal 2030.

A destacar, no entanto, as seguintes considerações:

Impactos sobre a atividade:

- a manutenção de uma taxa de inflação elevada e os níveis dos juros praticados pelo BCE, bem como a tímida retoma económica a nível global e/ou alterações dos padrões de comportamento

poderão afetar ou adiar níveis de consumo e investimento – situação que irá provavelmente ter impacto na receita de impostos diretos a arrecadar (IMT, IMI, IUC e outros);

- o comportamento e necessidades da nossa comunidade não é ainda possível avaliar pelo que os impactos com eventuais ajudas financeiras a IPSS e outras instituições ainda se podem alterar;

- nos clientes não se verificou, até ao momento, nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de pagamentos ou de solicitação de algum tipo de auxílio para lidar com as dificuldades de tesouraria.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e resultados do município serão afetados em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

CAPÍTULO III – Organização municipal e recursos humanos

A organização do Município de Terras de Bouro assenta em duas estruturas fundamentais: a estrutura política, que é constituída pelo corpo executivo e pelo corpo deliberativo e a administrativa, na qual se enquadram os serviços municipais e o mapa de pessoal.

Estrutura Política

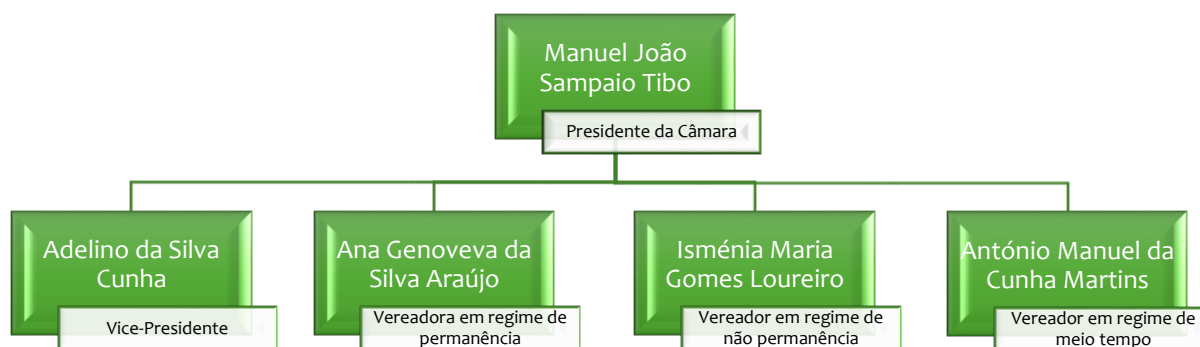
Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 5.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 13 de setembro, na sua atual redação, os órgãos representativos do município são a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

O corpo executivo é constituído pelo conjunto de elementos que, por via da delegação de competências (da Câmara Municipal no seu presidente e deste nos seus vereadores), se encontra investido de responsabilidades na área da gestão, tendo a seu cargo a supervisão direta das atividades desenvolvidas pela estrutura administrativa.

O atual executivo, que tomou posse a 17 de outubro de 2021, é constituído pelo presidente, Manuel João Sampaio Tibo, e por quatro vereadores, dois dos quais, Adelino da Silva Cunha e Ana Genoveva Silva Araújo, exercem o mandato em regime de tempo inteiro, e um, António Manuel da Cunha Martins, em regime de meio tempo.

Encontra-se constituído o Gabinete de Apoio à Presidência, dotado com um Chefe de Gabinete

Figura 1 - Estrutura política – Câmara Municipal



e um Adjunto, nos termos do n.º 1, do artigo 42.º do RJAL, conjugado com o n.º 4 do mesmo artigo.

A Assembleia Municipal, órgão deliberativo do Município, é constituída, nos termos do artigo 42.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, por 29 membros, por força da existência de 14 juntas de freguesia e tendo presente que, “a Assembleia Municipal é constituída

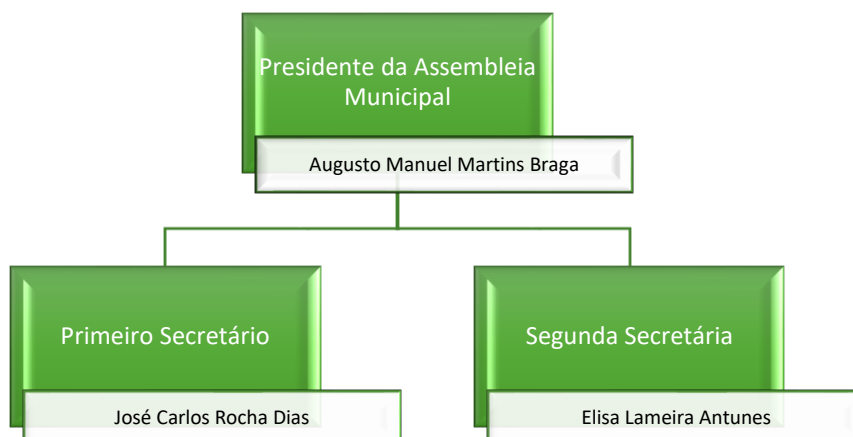
por membros eleitos diretamente, em número superior ao dos presidente de junta de freguesia, que a integram”.

Os membros da Assembleia Municipal encontram-se assim distribuídos:

- Eleitos diretamente:
 - Augusto Manuel Martins Braga (PSD);
 - Avelino José Antunes Soares (PSD);
 - Pedro Miguel Ribeiro Carvalho (PSD);
 - Elisa Lameira Antunes (PSD);
 - Vítor Manuel Abreu Fernandes (PS);
 - António Pires Oliveira (PSD);
 - Adriana Raquel Fernandes Martins (PSD);
 - Maria Manuela Soares Esteves (PSD);
 - Nelson Moisés Silva Antunes (PSD);
 - Guilherme José Coelho Alves (PS);
 - Paulo Jorge Lameira Antunes (PSD);
 - Joana Leandra Gonçalves Oliveira (PSD);
 - António Américo Afonso Caniço (PSD);
 - Rui Pedro Ferreira Gonçalves (PSD);
 - Óscar Manuel Martins Silva (CHEGA);
- Presidente de junta de Freguesia:
 - Balança: Alvim dos Santos Azevedo;
 - Campo do Gerês: João Carlos Dias da Costa;
 - Carvalheira: Aida Filipa Moreira da Silva;
 - Covide: Domingos Correia Antunes Fajaco;
 - Gondoriz: João Garcias Afonso;
 - Moimenta: Júlio Alberto Alves Cerqueira;
 - Ribeira: António Meireles Gonçalves Marques;
 - Rio Caldo: Jacob Loureiro Alves;
 - Souto: Nuno Ricardo da Costa Marques Roupas;
 - Valdosende: Manuel Joaquim Ferreira Rodrigues;
 - Vilar da Veiga: António dos Santos Príncipe;
 - Chamoim e Vilar: Paulo Manuel Pereira Rodrigues;
 - Chorense e Monte: José Carlos Rocha Dias;
 - Cibões e Brufe: António Carlos Martins da Costa.

A mesa da Assembleia Municipal é assim constituída:

Figura 2 - Estrutura Política - Assembleia Municipal



Estrutura Administrativa

No que diz respeito à estrutura administrativa, o Município não dispõe de Serviços Municipalizados, nem de Empresas Municipais.

Dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, foi publicado no Diário da República (2.ª Série), n.º 9, de 12 de janeiro, sob o Despacho n.º 637/2018, a Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Terras de Bouro, alterada por despacho de 26 de dezembro de 2018, publicado no Diário da República (2.ª série), n.º 6, de 9 de janeiro, sob o Despacho n.º 437/2019, que prevê a existência de quatro unidades orgânicas flexíveis e catorze subunidades orgânicas flexíveis.

Regime Jurídico de Emprego Público

Em conjunto com os Documentos Previsionais para o ano de 2024, a Assembleia Municipal aprovou, em sessão ordinária de 24/11/2023, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2024, que se caracterizava, resumidamente, pelo contingente previsto na tabela que se segue:

Tabela 18 - Mapa de pessoal

Cargo Carreira	Categoria	Total	Postos de trabalho			
			Por tempo indeterminado		A termo resolutivo	
			Ocupados	Livres	Ocupados	Livres
Dirigente Intermédio de 2.º Grau		4	4			
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1	1			
Técnico Superior	Técnico Superior	60	43	17		
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	16	16			
Assistente Técnico	Assistente Técnico	36	28	8		
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	5	5			
Assistente Operacional	Assistente Operacional	171	121	37	13	
Auxiliar	Mestre de tráfego fluvial	1	1			
Auxiliar	Motorista prático de tráfego fluvial	3	3			
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	2	2			
Especialista de sistemas e tecnologias de informação		1	1			
Técnico de sistemas e tecnologias de informação		7	6	1		
Total Câmara Municipal		307	231	63	13	

Em 26 de abril de 2024, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal aprovou uma alteração ao Mapa de Pessoal, com o objetivo de suprir necessidades (permanentes e temporárias) de recursos humanos associados aos projetos : Balcão Único da Propriedade Rústica (BUPi), Radar Social – Criação de equipas para projeto piloto e Contrato Local de Desenvolvimento Social – 5.ª Geração (CLDS – 5G). Esta alteração originou a criação dos seguintes postos de trabalho:

- Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente:
 - 2 lugares de Técnico Superior em regime de contrato a termo, para o Balcão do Cadastro da Propriedade Rústica;
- Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto:
 - 1 lugar de Técnico Superior, em regime de contrato a termo, para o projeto Radar Social, na área de Serviço Social;
 - 1 lugar de Técnico Superior, em regime de contrato a termo, para o projeto Radar Social, na área de Psicologia;
 - 3 lugares de Técnico Superior, em regime de contrato por tempo indeterminado, para o projeto CLDS – 5G, na área de Psicologia;

- 1 lugar de Técnico Superior, em regime de contrato por tempo indeterminado, para o projeto CLDS – 5G, na área de Enfermagem.

A 31 de dezembro de 2024, o total de trabalhadores ao serviço do Município de Terras de Bouro era de 234, sendo a relação jurídica de emprego público constituída da seguinte forma:

- 222 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 12 trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo.

Verificou-se, no decurso do ano de 2024, a cessação da relação jurídica de emprego público, com o Município de Terras de Bouro, de 11 Assistentes Operacionais e 1 Assistente Técnico.

O Mapa de Pessoal para 2024 apresentava em 31 de dezembro a seguinte configuração:

Tabela 19 - Mapa de pessoal - contingente a 31/12

Cargo/carreira	Postos de trabalho				Total
	Tempo Indeterminado		A termo		
	Ocupados	Vagos	Ocupados	Vagos	
Dirigente Intermédio	4				4
Coordenador Municipal de Proteção Civil	1				1
Técnico Superior	46	18	2	2	68
Assistente Técnico	46	6			52
Assistente Operacional	112	51	10	3	176
Auxiliar	4				4
Fiscal Municipal	2				2
Informática	7	1			8
Total	222	76	12	5	315

Dos lugares vagos apresentados existem sete postos de trabalho da carreira de técnico superior que se referem a postos de trabalho cujos titulares se encontram a exercer outras funções, a saber:

- quatro a exercer funções de Chefe de Divisão;
- um a exercer funções de Coordenador Municipal de Proteção Civil;
- um em comissão de serviço extraordinária de serviço, como Presidente de Junta de Freguesia a tempo inteiro, e;
- um em licença sem remuneração.

No que diz respeito aos Assistentes Técnicos, um dos postos de trabalho não ocupados refere-se a um trabalhador que se encontra em mobilidade interna para a carreira e categoria de Técnico Superior.

Ao nível dos Assistentes Operacionais existem três postos de trabalho que se encontram em licença sem remuneração, e quatro em mobilidade interna para a carreira e categoria de Assistente Técnico, conforme se pode confirmar pela tabela que se segue:

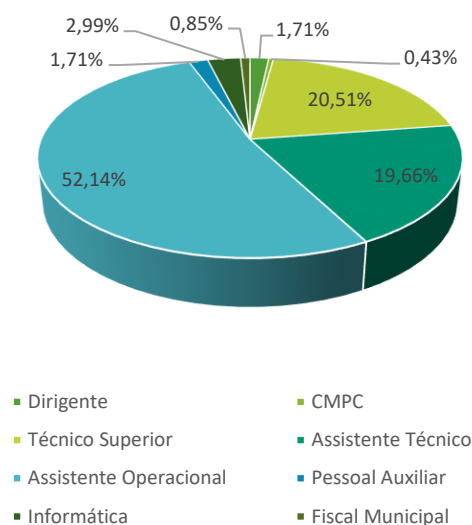
Tabela 20 - Mapa de pessoal mobilidades

Trabalhadores em Regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado:	249
Trabalhador em comissão de serviço (Dirigentes + CMPC):	(5)
Trabalhador em comissão extraordinária de serviço (eleito local):	(1)
Em mobilidade Interna	(5)
Trabalhador em licença sem remuneração:	(4)
Total de trabalhadores:	234

Distribuição de trabalhadores por carreira

Na análise efetuada à distribuição de trabalhadores por carreiras da Administração pública, verifica-se que a carreira que continua a concentrar mais trabalhadores é a de Assistente Operacional com 122 postos de trabalho ocupados do Mapa de Pessoal de 2024, representando 52,14% do total dos trabalhadores, em exercício de funções. Em seguida surgem as carreiras de

Gráfico 11 - Distribuição de trabalhadores por carreira



Técnico Superior e de Assistente Técnico com, respetivamente, 20,51% e 19,66%, o que representa um aumento relativo destas carreiras face ao ano transato, facto que se deve, essencialmente, à aposentação de diversos assistentes operacionais.

Em termos evolutivos o Mapa de Pessoal apresentava, em 31 de dezembro, o seguinte contingente:

Tabela 21 - Evolução do número de trabalhadores

Carreira	2020	2021	2022	2023	2024
Dirigente	4	4	4	4	4

Coordenador Municipal de Proteção Civil		1	1	1	1
Técnico Superior	42	50	49	50	55
Assistente Técnico	49	49	43	43	47
Assistente Operacional	107	116	142	141	129
Pessoal Auxiliar	1	1	4	4	4
Informática	7	7	7	7	7
Fiscal Municipal	2	2	2	2	2
Total de postos de trabalho ocupados no mapa de pessoal	212	230	252	252	249
Em comissão de serviço (dirigentes + CMPC)	4	5	5	5	5
Em mobilidade interna		6	0	0	5
Em comissão extraordinária de serviço (eleito local)	1	1	1	1	1
Em mobilidade para Órgão da Administração Local		1	0	0	0
Em licença sem remuneração	2	2	3	3	4
Total efetivo de trabalhadores	205	215	243	243	234

Distribuição de trabalhadores por género

Gráfico 12 - Distribuição de trabalhadores por género

O universo dos trabalhadores do município é representado maioritariamente por trabalhadores do género feminino (136), que representam 58,12% da totalidade dos trabalhadores, ao passo que os trabalhadores do género masculino (98), representam cerca de 41,88% do universo dos trabalhadores, em exercício de funções, no Município de Terras de Bouro.

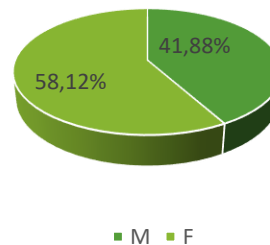
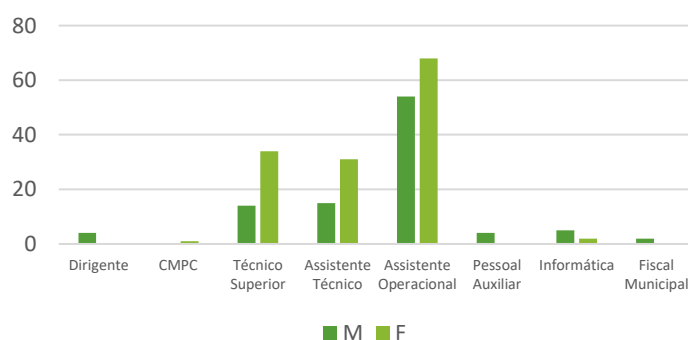


Gráfico 13 - Distribuição de trabalhadores por carreira e género

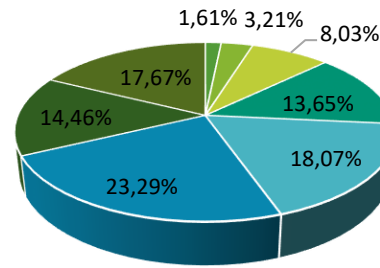


As carreiras gerais (Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional) são predominantemente ocupadas por trabalhadores do género feminino. Por outro lado, o género feminino não se encontra representado nas carreiras de Pessoal Auxiliar, Fiscal Municipal e de Dirigentes.

Distribuição de Trabalhadores por escalão etário

O gráfico que se segue demonstra, claramente, o envelhecimento do universo dos trabalhadores da autarquia. De facto, mais de 74,79% dos trabalhadores encontram-se nos escalões etários acima dos 45 anos, o que representa um acréscimo de 1 p.p. relativamente ao ano de 2023.

Gráfico 14 - Trabalhadores por escalão etário



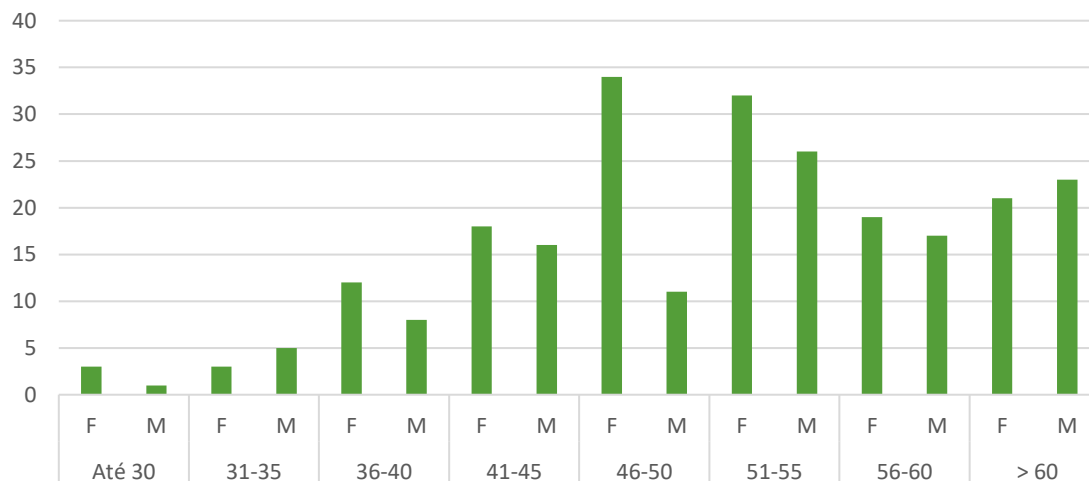
■ Até 30 ■ 31-35 ■ 36-40 ■ 41-45 ■ 46-50 ■ 51-55 ■ 56-60 ■ > 60

Por outro lado, o escalão etário “Até 30 anos”, continua a apresentar, apenas, 4 trabalhadores, ao passo que no escalão “superior a 60 anos” se encontram 41 trabalhadores.

Distribuição de trabalhadores por escalão etário e género

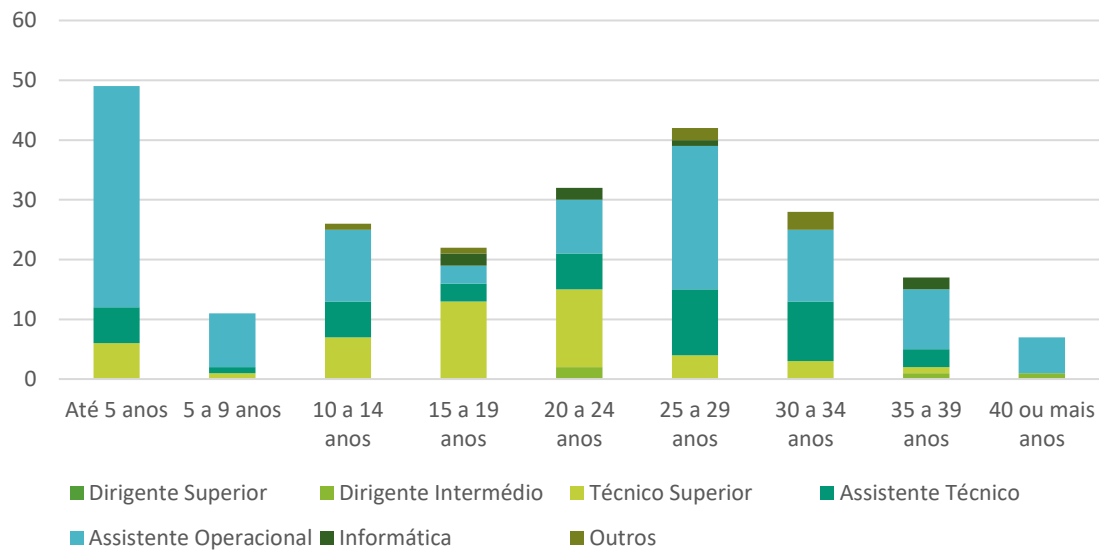
Quanto à distribuição do universo dos trabalhadores em função da idade e do género verifica-se, pela análise do gráfico, que os trabalhadores do género masculino são os que ocupam os escalões de idade superior, sendo que cerca de 71,96% dos trabalhadores, do género masculino, tem idade superior a 45 anos de idade. Por outro lado, do universo dos trabalhadores do género feminino, verifica-se que 25,35% das trabalhadoras tem idade igual ou inferior a 45 anos de idade.

Gráfico 15 - Distribuição de trabalhadores por idade e género



Distribuição de trabalhadores por antiguidade

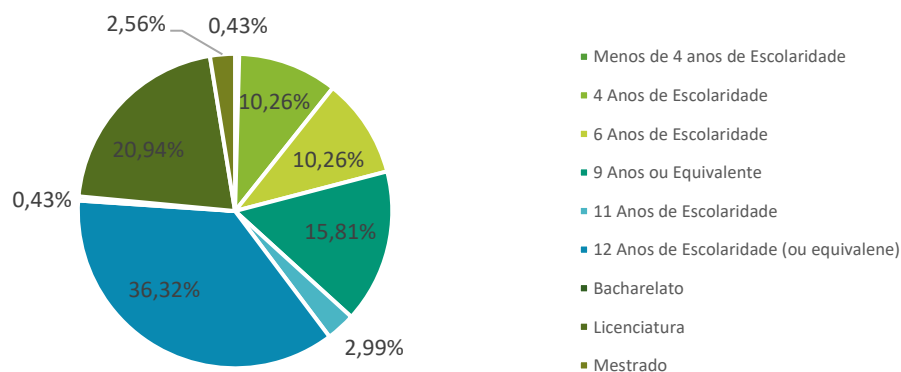
Gráfico 16 - Trabalhadores por antiguidade



Ao nível da antiguidade dos trabalhadores em exercício de funções no Município, verifica-se que os grupos de “até 14 anos de antiguidade” é maioritariamente ocupado por trabalhadores integrados na carreira de Assistente Operacional, ao passo que o grupo entre 15 e 24 anos de antiguidade é maioritariamente ocupado por Técnicos Superiores.

Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade

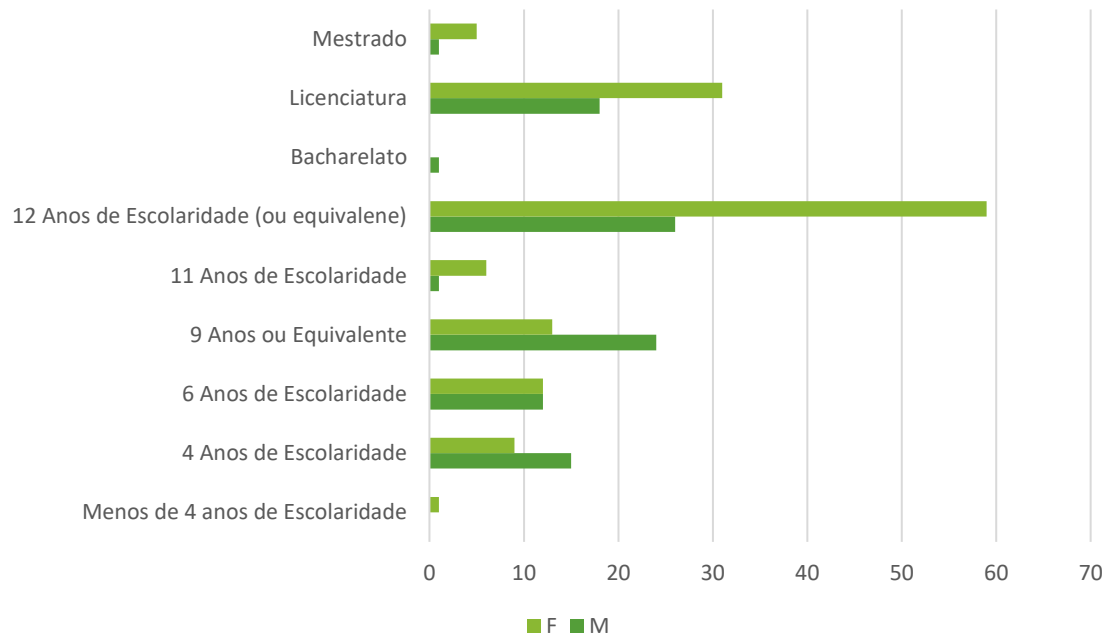
Gráfico 17 - Trabalhadores por escolaridade



Da análise ao gráfico anterior é possível concluir que:

- 36,32% do trabalhadores do Município possuem o 12.º ano de escolaridade;
- 0,43% (1 trabalhador) têm menos de 4 anos de escolaridade;
- 23,50% têm licenciatura ou superior: 49 trabalhadores com licenciatura e 6 com o grau de mestre.

Gráfico 18 - Trabalhadores por escolaridade/género



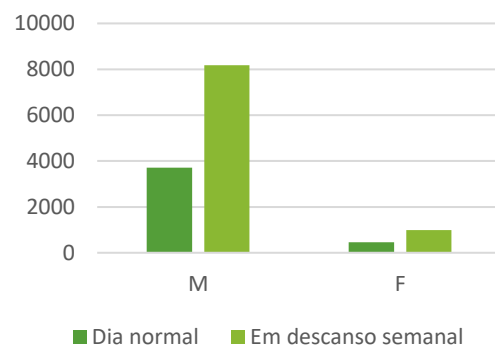
Pode-se, também, concluir que os trabalhadores mais qualificados são do género feminino, que apresentam mais trabalhadores com os níveis de mestrado, licenciatura e 12.º ano de escolaridade.

Trabalho extraordinário

Os trabalhadores municipais realizaram, ao longo do ano de 2024, 13.332 horas de trabalho extraordinário para a acorrer a diversas situações.

Deste volume 89,15% foi realizado por trabalhadores do género masculino e 10,85% por trabalhadores do género feminino.

Gráfico 19 - Trabalho extraordinário

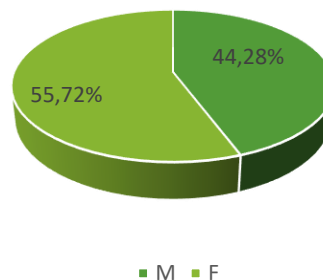


Por outro lado, 68,73% deste trabalho foi realizado em dia de descanso semanal e 31,27% em dia normal de trabalho.

Absentismo

Gráfico 20 – Absentismo/género

Ao nível do absentismo registaram-se 6.804 dias de falta, participados pelos trabalhadores. Destas faltas 55,72% foram participadas por trabalhadores do género feminino e 44,28% por trabalhadores do género masculino, conforme se pode constatar pelo gráfico, ao lado.



Quanto ao motivo das faltas verifica-se que a maior percentagem corresponde às faltas por doença.

Gráfico 21 - Absentismo/motivo

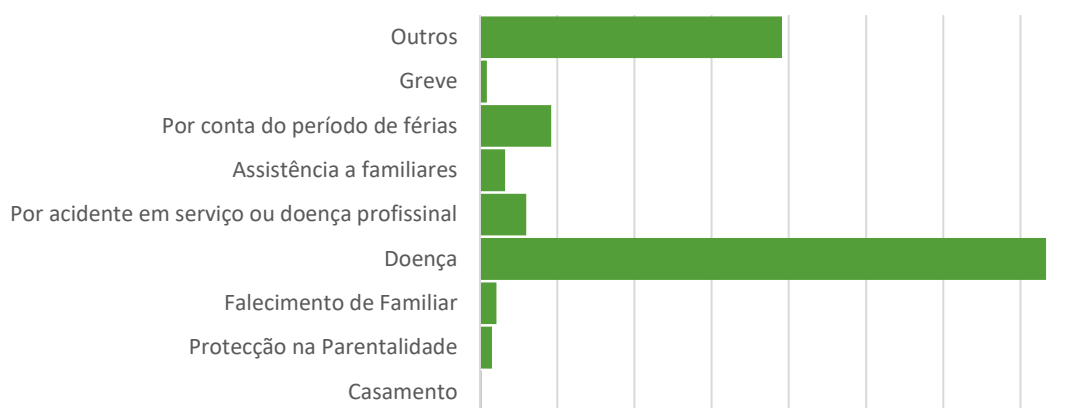


Tabela 22 - Indicadores de despesa com o pessoal

	2020	2021	2022	2023	2024
Total de efetivos	205	215	243	243	234
Evolução efetivos	0,00%	4,88%	13,02%	0,00%	- 3,70%
Despesa paga	4.495.948	4.904.280	5.215.949	5.936.487	6.220.169
Evolução Despesa paga	4,88%	9,08%	6,36%	13,81%	4,78%
Despesa por trabalhador	21.931	22.811	21.465	24.430	26.582
Evolução despesa/trabalhador	4,88%	4,01%	-5,90%	13,81%	8,81%

Quanto à evolução do número de trabalhadores verifica-se um decréscimo do número de efetivos de cerca de 3,70%, fruto da aposentação de diversos trabalhadores.

Como consequência dos programas de aceleração das carreiras e dos aumentos salariais as despesas com o pessoal apresentam um aumento de cerca de 4,78%, o que, conjugado com o decréscimo do número de efetivos, se traduz em aumento na evolução da despesa paga por trabalhador de cerca de 8,81%.